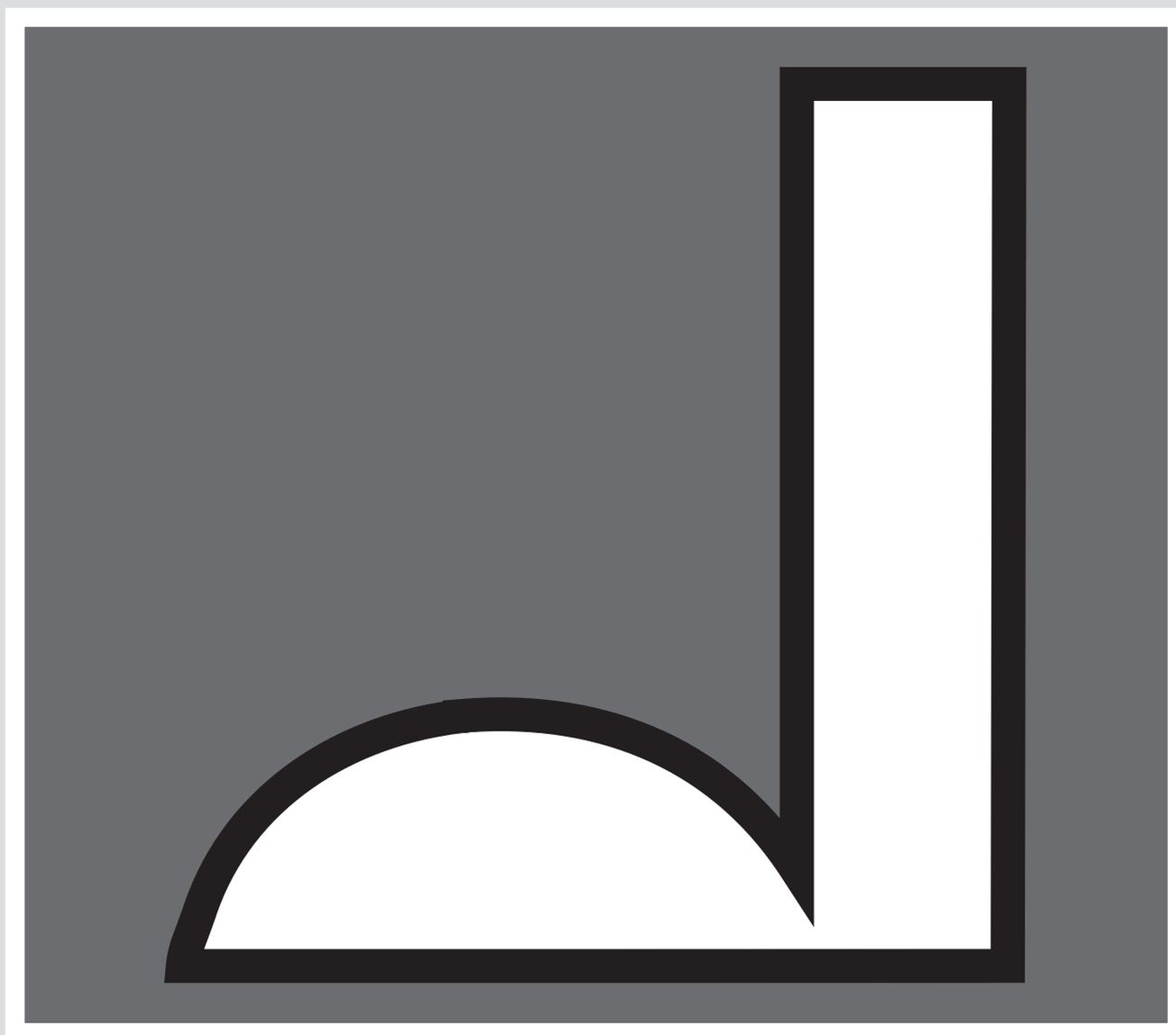




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 130 - SÁBADO, 25 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 133ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Questionamentos sobre a deportação dos atletas cubanos à Havana, que vieram ao Brasil disputar os Jogos Pan-Americanos. 28595

SENADOR *GILVAM BORGES* – Defesa da conclusão da construção da BR-156 e da ponte internacional sobre o rio Oiapoque. 28601

SENADORA *MARISA SERRANO* – Destaque ao imprescindível papel exercido pelo Tribunal de Contas da União. 28604

SENADOR *RENAN CALHEIROS* – Considerações sobre depoimento prestado por S. Ex^a na data de ontem perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Denuncia a transferência de uma operadora de televisão do Grupo Abril para a Telefônica. 28607

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Cobrança de ações do Governo para os clamores do povo ribeirinho, dos povos indígenas e das instituições que trabalham na região denominada de Médio e Alto Solimões, na Amazônia. 28609

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Reverência à memória do Presidente Getúlio Vargas, lembrando os 53 anos de sua morte, completados na data de hoje. 28612

SENADOR *ADELMIR SANTANA* – Congratulações ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, que reverenciou a memória do presidente Getúlio Vargas. Conclama o Senado e os Governos Federal, Estadual e Municipal a promoverem um combate firme e efetivo à pirataria. 28615

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Aler-
ta para o sofrimento da população do Estado do Tocantins, decorrente da seca que assola a região. 28619

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 15, 57, 81, 99, 100, 106, 108 a 110, 118 a 121, 127, 129, 133, 134, 138, 139, 151, 155, 156, 160, 165, 169, 180, 182 e 187, de 2007, aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 28620

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 22 de agosto de 2007 e publicação em 23 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 385, de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 28621

1.2.3 – Leitura de projeto

Nº 501, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o Título IV da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pelas Leis nºs 6.216, de 30 de junho de 1975 e 10.267, de 28 de agosto de 2001 e a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os registros públicos. 28622

1.2.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Ressalta o trabalho realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, destacando o nível de excelência conferido à área de saúde. 28623

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 12, apresentada à Medida Provisória nº 383, de 2007. 28625

3 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4.513, de 2007. 28638

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 53ª LEGISLATURA
- 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
 - 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
-

Ata da 133ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Gilvam Borges, Heráclito Fortes, Adelmir Santana e João Pedro

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

V. Exª dispõe de 20 minutos, com direito a ser atendido em qualquer emergência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero tratar de um assunto que vem fazendo o Governo cair em contradição, dar explicações pela metade, sem convencer a opinião pública: a devolução dos dois atletas cubanos para Havana.

Ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, contamos com a presença do Ministro Tarso Genro, acompanhado do Diretor-Geral da Polícia Federal e do Secretário Executivo do Ministério da Justiça.

Na vida, tudo o que é preciso ser explicado é ruim, e, quando é preciso ser explicado demais, piora o quadro. Nenhum fato novo foi acrescentado pelo Governo, a não ser apegar-se a pequenas filigranas legais, deixando de lado o que sempre defendeu quando era Oposição, que era a proteção ao cidadão, o respeito aos direitos humanos.

As contradições nesse episódio são gritantes, senão vejamos: a primeira, Senador Mozarildo Cavalcanti, é a de tentar comparar o caso da fuga dos dois boxeadores com o dos atletas anteriormente foragidos, que eram atletas de equipe coletiva e que poderiam ser substituídos facilmente por reservas. Os dois atletas em tela participavam de disputas individuais, na modalidade de boxe, na qual a Ilha, tradicionalmente, é campeã. Os outros atletas fugiram após participar das competições; estes desertaram à véspera, inclusive fugindo da pesagem, trazendo um desgaste terrível para os cubanos que, da Ilha, acompanhavam o desenrolar dos Jogos Pan-Americanos.

É bom lembrar que a esse fato se soma outro fato grave, que foi a tentativa de fuga coletiva dos atletas, o que provocou, inclusive, a retirada intempestiva e antecipada da delegação cubana do território nacional, quebrando uma tradição marcada pela convivência esportiva, que é a de atletas e equipes que representam países participarem da abertura e do encerramento das competições.

A retirada desses atletas foi marcada por um aparato cinematográfico, pela antecipação de vôos e por notas irritadas do Presidente Fidel Castro, em razão da falta de ação do Governo brasileiro.

E aí, Senador João Pedro, vem a grande pergunta. O Ministro declarou – V. Exª estava lá e assistiu a isso – que os jovens inocentes cubanos pediram para voltar, retornaram de livre e espontânea vontade. Está escrito, V. Exª confirma. V. Exª, que é homem que tem passado vinculado aos que sofreram, lembra-se de que, na ditadura, muitas declarações sob tortura foram dadas. Vamos raciocinar juntos, Senador João Pedro: se fosse realmente espontânea essa saída, por que os atletas não procuraram diretamente o Consulado cubano, pediram passagem e voltaram normalmente? Para que a ação da Polícia? Por que não recorreram ao Consulado, já que era um retorno pacífico de dois rapazes arrependidos? Por que a interferência da Polícia? É estranho.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, com o maior prazer.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Obrigado pelo aparte, Senador Heráclito Fortes. Esta Casa vem travando um debate já há alguns dias, e V. Exª vem reafirmando suas preocupações. V. Exª é Presidente de uma Comissão importantíssima, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual, em virtude de requerimento cuja iniciativa coube ao Senador Arthur Virgílio Neto e a outros Senadores, contamos ontem com a presença do nosso Ministro. Veja só: veio aqui um Ministro de Estado. Veio o Ministro aqui, e travou-se um debate com a Polícia Federal, com o Delegado-Geral Paulo Lustosa. Penso

que é significativo esse gesto de enfrentar o debate que V. Ex^a vem travando aqui. Para mim, a presença do Ministro foi simbólica e também esclarecedora. V. Ex^a é um expoente da Oposição e deve manter essa firmeza no debate. Mas a postura da Polícia Federal e do Ministério da Justiça não pode ser outra, deve ser uma postura republicana. Para mim, é emblemático o acontecido com esses quatro cubanos. O Brasil permitiu que dois ficassem, porque os dois pediram. Por que o Governo não trataria da mesma forma os dois pugilistas? A Polícia Estadual foi atrás, mas os cubanos não foram presos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A Polícia Estadual foi atrás, é V. Ex^a que está afirmando isso.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – A Polícia Militar foi atrás, porque dois estrangeiros que participavam dos Jogos Pan-Americanos – olhe a responsabilidade do Brasil, do Governo brasileiro! – saíram, e não se sabia se tinham sido seqüestrados, se estavam perdidos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a me desculpe, mas a imprensa já divulgava que eles tinham desertado e que corria, inclusive, processo de solicitação de visto para residirem na Alemanha.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – O certo é que a Polícia teria de ir atrás. Que outra instituição no Brasil poderia fazer isso? O Ibama? Quem poderia ir atrás deles? Que Ministério, qual a instituição? A Polícia Estadual. A Polícia Estadual do Rio de Janeiro os encontrou. V. Ex^a retoma o debate, mas olhe o detalhe: foram os dois atletas cubanos que pediram para um cidadão ligar para a Polícia e dizer onde eles estavam, o alojamento em que se encontravam.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador, por que não foram ao Consulado?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Eles estavam numa praia!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Podiam ter telefonado para o Consulado, Senador!

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não tinham dinheiro, não tinham telefone. Foram eles, Sr. Presidente, que pediram para acionar a Polícia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ora, por que não pediram para acionarem o Consulado?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – A Polícia foi lá. Eles não foram presos e foram tratados conforme as normas. Havia um Procurador, a OAB do Rio de Janeiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A OAB do Rio de Janeiro não teve contato direto com eles.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – A Delegada da Polícia Federal esteve com eles, enfim, as institui-

ções tomaram conta de dois renomados atletas, de dois estrangeiros que voltaram para seu país, porque quiseram. A imprensa brasileira registra isto, Senador Heráclito Fortes: eles pediram para voltar. Os dois cubanos que pediram para ficar ficaram aqui, e espero que esses dois atletas possam contar com a solidariedade dos que estão próximos a eles agora, porque ficaram aqui, estão no Brasil. Não sei onde eles estão morando, mas eles merecem, sim, uma campanha de solidariedade, principalmente no que diz respeito às suas famílias, que ficaram lá em Cuba. V. Ex^a trava um bom debate, mas, ontem, o Ministro Tasso Genro foi muito explícito, foi esclarecedor quanto ao papel do Governo e das instituições nesse procedimento. Saí com a certeza de que os atos da Polícia Federal e do Ministério Público – o Procurador-Geral da República lá esteve – não podem macular a história do nosso País. Os cubanos voltaram, porque pediram para voltar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador, eu era bem jovem e acompanhava as justificativas que o Ministro da Justiça Gama e Silva dava para os atos arbitrários tomados naquela época. É muito fácil ocupar uma tribuna para justificar uma legalidade pela metade. Não se justifica uma prisão feita numa tarde de sexta-feira, seguida por uma deportação no domingo. Pergunto a V. Ex^a: se o ato foi tão espontâneo assim, por que os dois rapazes não procuraram o Consulado? Se pediram ao hotel para ligar para a Polícia, podiam ter pedido ao hotel para ligar para o Consulado!

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a me concede mais um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Permito tantos apartes quanto V. Ex^a quiser.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Quero só discordar do exemplo que V. Ex^a dá. Aquele era o contexto do período da ditadura militar, que combatemos. Mas, agora, vivemos com tranquilidade. Não há por que açodar nenhum procedimento. O Brasil recebe todos os estrangeiros que pedem asilo. Dois cubanos pediram e ficaram no Brasil, Senador Heráclito Fortes. Eles estão no Brasil. Por que, com relação aos outros dois, não haveria o mesmo procedimento?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Expliquei isso, mas V. Ex^a estava falando ao celular e não prestou atenção. Os dois são atletas de esporte coletivo, e isso não teve repercussão na Ilha. Foram substituídos pelos reservas. Esses dois eram atletas de boxe, atletas de modalidade individual, esporte em que Cuba, tradicionalmente, era campeã. Um era campeão mundial; outro, campeão olímpico. Os dois saíram da competição antes de acontecer a luta de que eles deveriam participar. Eles se negaram a participar da pesagem. Isso criou um desgaste grande

e um exemplo ruim para a juventude da Ilha. E Fidel Castro ficou irado, tanto é que ligou para cá, cobrou, pediu providências, retirou a delegação. V. Ex^a precisa ser isento nesses fatos.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Sou isento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Tirou a delegação de maneira abrupta e rompeu a tradição pan-americana. Aconteceu isso.

O que parece, meus caros Senadores, é que esse episódio é muito semelhante ao da Operação Entebe, quando Israel invadiu a ditadura do Sr. Idi Amin Dada. Se não houve participação, se não houve pedido e se os cubanos saíram daqui com avião estrangeiro, então o Brasil foi invadido. Não quero crer nisso. É um fato grave, gravíssimo.

Dessa forma, a comparação com Gama e Silva – não estou traçando nenhum perfil do atual Ministro com Gama e Silva –, serve para dizer que as justificativas se parecem, porque se jogam na lata de lixo os direitos humanos, joga-se na lata de lixo a preocupação – que sempre existiu no atual Governo quando era Oposição – com o destino das pessoas. O que se fez agora é o mesmo que se fazia na ditadura, jogando idealistas em fundo de veraneio para destino incerto, não sabido, como o dos dois jovens cubanos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Permite-me um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Heráclito Fortes, eu estava aqui ansioso para entrar nesse debate, até porque participei dele na Comissão de Relações Exteriores. E quero começar dizendo o que disse lá: não tenho posição ideológica quanto a essa questão, até porque...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não é ideológica; é humanitária.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Estou querendo dizer justamente isso. Eu, inclusive como médico e professor da Universidade Federal de Roraima, fui a Cuba, a fim de tratar da contratação de professores visitantes para a nossa Universidade, em vários cursos, mas principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, a Mesa já lhe concedeu mais cinco minutos, mas, como V. Ex^a recebe um aparte, gostaria de saber se deseja utilizar a tribuna por mais alguns minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeceria a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – De quantos minutos V. Ex^a necessita? (Pausa.)

Darei mais cinco minutos a V. Ex^a, para garantir o aparte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Confio na generosidade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sem dúvida.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Heráclito Fortes, como eu estava falando, estive em Cuba, contratamos professores que colaboraram muito com nossa Universidade, principalmente para a consolidação do curso de Medicina no Estado de Roraima. Então, realmente, tenho admiração por muitas coisas de Cuba. Mas a primeira questão que levantei no nosso debate foi a seguinte: por que acionaram logo a Polícia Federal? Não entendi o porquê, mas parece que o Ministro levou o Diretor-Geral da Polícia Federal, para dizer que aquilo foi atribuição da Polícia Federal e que a Polícia Federal foi correta, agiu de forma certa. Isso é muito preocupante. Tenho pela Polícia Federal um respeito como instituição extremamente necessária ao Brasil, mas não se pode dizer que a ação foi da Polícia Federal, mas, sim, do Governo. A ação foi de Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exclusivamente de Governo. A Polícia Federal foi acionada e cumpriu com as determinações.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Aliás, de maneira correta. Então, o que não foi explicado – e V. Ex^a diz muito bem – é a rapidez na deportação – o termo é esse; inclusive foi dito pelo Ministro – desses dois atletas, na pressa do governo cubano de fretar um avião venezuelano para vir buscar os dois. Vejam bem: Cuba está nadando em dinheiro, pois freta um jato venezuelano para vir buscar dois atletas cubanos. E buscá-los para quê? Para que – e assim disse o Chanceler de Cuba, ontem, no Brasil – eles não saiam mais de Cuba para competir de jeito nenhum.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Os defensores dos direitos humanos não falam nesse episódio, nas declarações do Chanceler. É triste ver isso.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – A defesa de direitos humanos não pode ser algo que tenha cor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Seletiva.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Tem de ser ampla, de todos. Todo mundo tem direito a ter seus direitos humanos garantidos. Por que, então, esses atletas, que, espontaneamente – como dizem – quiseram voltar, receberam como prêmio o fato de que não vão mais poder lutar?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Nem tão pouco sair da Ilha.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Sair da Ilha nem se fala! Está dito: não saem mais da Ilha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O que V. Ex^a pensa disso, Senador João Pedro, que é um democrata que luta pela liberdade?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– E queria concluir, dando o exemplo da minha profissão. O Brasil depende muito da atuação de médicos cubanos no interior. Até tenho tido uma discussão com nossos colegas do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Regional de Medicina, que, legitimamente, não aceitam, pura e simplesmente, que os médicos cubanos venham para cá e façam uma adaptação do currículo da faculdade deles com nossas faculdades brasileiras, que, diga-se de passagem, são melhores. Nosso nível é melhor, mas nossos médicos não querem ir para o interior. Os médicos cubanos têm boa formação, mas, como evidentemente estão limitados porque estão isolados – não têm a assistência das grandes potências –, têm dificuldade de se atualizar em algumas especialidades. Mas o que está acontecendo com os médicos cubanos? Eles vêm para cá e devolvem 75% do que recebem para Cuba, e, mesmo assim, a maioria deles – a família de alguns casados fica lá – termina, às vezes, separando-se da família e casando aqui para poderem permanecer no Brasil; e os solteiros que aqui vêm casam e não voltam mais. Ora, Senador Heráclito Fortes, é aquela história: não é Esquerda, Direita ou Centro, mas se trata de defender os direitos, realmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É uma questão humanitária.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– E estão aí médicos e esportistas cubanos que querem ter o direito de ir e vir. Ora, se Cuba forma tão bons profissionais – e os forma –, por que não deixa que, livremente, escolham onde trabalhar? Por que esse cerceamento? E por que um profissional, quando vem para cá, devolve 75% do que ganha para o governo de Cuba?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Defensores do Dr. Fidel devem ter resposta para isso, com certeza.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– O pretexto é o de que isso é feito para custear as despesas com manutenção de suas famílias em Cuba. Deixo aqui, portanto, meu registro com relação, como disse V. Ex^a, ao respeito aos direitos humanos. E mais – e digo ao Senador José Pedro: não é algo muito louvável a vinda do Ministro Tarso Genro, pois isso não

representa um gesto de humildade, não! É um dever dele, como Ministro, vir aqui, convidado inclusive.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em democracia, é assim.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Aliás, quase todos os Ministros da Justiça, desde que sou Senador, vieram aqui prestar algum esclarecimento, o que deveria até ser uma rotina, com data marcada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador João Pedro, imagine o silêncio do Partido de V. Ex^a com relação às declarações do Chanceler cubano de que os rapazes jamais sairão da Ilha, jamais praticarão esporte e terão suas vidas maculadas!

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a terá mais cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Esse é um gesto de fraqueza e de pusilanimidade deste Governo! O Governo não podia ter feito isso. Alegaram que os rapazes deram declarações por escrito, mas é preciso que se leiam os textos: são exatamente iguais, até nas vírgulas. Nada foi espontâneo, Senador. Vamos refletir sobre isso. Olga Benário chegou a assinar documento dizendo que queria ter o filho na Alemanha. Em que circunstância?

Não vamos levar essa questão para o campo ideológico, mas, sim, para o humanitário. Qualquer que fosse o deportado para um país com o regime como o que, sabemos, existe lá, teríamos de ter cuidado. Não se podia, de maneira alguma, ter agido dessa forma.

Alegou o Ministro que não acionou a Igreja, porque não era preciso, era o espírito da lei. Mas, quando vocês eram da Oposição e seus companheiros estavam no porão da ditadura, sofrendo, não era à Igreja que recorriam? Por que não a procuraram, até para se proteger de um fato lamentável como esse?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não há ditadura alguma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É o caso Olga Benário na cibernética, na modernidade. A grande diferença é que uma foi levada no porão de um navio, e os rapazes, em jatinho executivo, de maneira mais rápida.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não existe Hitler aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito, por gentileza...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O Senador João Pedro está tentando interferir, e o Regimento garante o pedido de aparte, se V. Ex^a conceder.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É que o tempo concedido por V. Ex^a ao Senador Heráclito é muito pequeno, é menor que a Ilha de Fidel Castro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas S. Ex^a é generoso e sabe que o debate está interessante.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a trabalha bem as palavras, a lógica do discurso, para tentar embarçar a postura do nosso Governo em relação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Desembarce V. Ex^a!

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Está claro! O Ministro Tarso Genro foi ontem à Comissão em que V. Ex^a é o Presidente. E V. Ex^a teve a oportunidade de travar o debate, a discussão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou aqui exatamente prestando contas do que ouvi ontem.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a sabe que o Ministro tem uma história transparente e sofreu com a ditadura militar. S. Ex^a prestou todos os esclarecimentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É isso que estremece!

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Mas V. Ex^a tenta trabalhar esse episódio, ocorrido no contexto de hoje do Brasil, onde vivemos a plena democracia, com o contexto da década de 40, quando existia Hitler, quando o nazifacismo fazia uma propaganda e agia. As situações são diferentes: não existe nesta conjuntura um Hitler; o Brasil vive a plena democracia. Então, não há por que trazer essa discussão e fazer comparações com a ditadura. V. Ex^a reclama da presença da Igreja Católica nesse episódio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a achou correto não terem ouvido a Igreja?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Os procedimentos foram legais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foram humanos?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Foram legais. A Igreja não estava lá, mas, nem por isso, vai diminuir...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foram humanos?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Eles não foram presos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foram humanos?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Sem dúvida alguma, porque eles não sofreram qualquer coação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Aqui, no Brasil.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Aqui, no Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E lá?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Estou falando do Brasil, estou defendendo meu Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas seu Governo entrega às feras dois jovens!

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não entregou, não entregou. V. Ex^a sabe que, dos quatro cubanos, dois pediram para ficar aqui e estão no Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estão em processo de regularização.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não vão sair daqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agora, V. Ex^a está me dando a oportunidade de dizer que minha tese de que foi Operação Entebbe está certa. Se o Governo não os entregou, eles vieram aqui e os tomaram.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Saíram daqui, porque pediram.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E por que não pediram ao Consulado? Por que pediram à Polícia? Vamos esclarecer isso. O caminho mais próximo entre dois pontos é uma reta.

Senador, o caso foi tão grave, que a pressa fez com que aquele governo tivesse um gasto – ou aceitasse uma cortesia, não sei. Temos vôos para Havana, via Venezuela e via Panamá.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – E via México.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E via México. São três ou quatro vôos por dia. E optaram por esse jatinho, para saírem na calada da noite, na madrugada, em um avião que veio da Venezuela. Não é tradição de um país como Cuba fretar jato. É um país austero. Os Ministros vêm para cá em avião de carreira, fazendo, às vezes, viagens penosas, via Argentina, naqueles aviões sucateados, velhos, da Rússia antiga, onde a pessoa entra como passageiro e chega ao destino como sobrevivente.

O Partido de V. Ex^a não vai tirar jamais a mácula de ter repetido, em tempo moderno, de globalização, um ato praticado na ditadura. E o grave é que lá foram duas ditaduras de direita...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em seguida.

Aqui, são dois Governos de esquerda que participaram de um episódio lamentável, triste, vergonhoso.

Com o maior prazer, ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Senador Heráclito Fortes, lembrei-me de outro ponto registrado na Comissão: um pedido dirigido a V. Ex^a e ao Senador Suplicy de trinta profissionais cubanos, médicos e outros, que querem ficar no Brasil e que não estão conseguindo essa permissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estão escondidos, assombrados, com medo de perseguição.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Então, é outro caso de direitos humanos. Chamo a atenção até da OAB e da Comissão de Direitos Humanos, porque essa é uma situação muito delicada. A OAB, inclusive, precisa esclarecer a participação dela nesses episódios, porque foi dito pelo Ministro que a OAB esteve presente nos interrogatórios, fez-se representar. E, portanto, a OAB não viu nenhuma...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não é verdade, não é verdade. Sr. Presidente, a declaração do Presidente da OAB é a de que ouviu dizer e de que se baseou em informação do Procurador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Mas o Ministro insistiu em que a OAB designou um advogado. Estou interferindo novamente, Senador João Pedro, não por problema partidário ou ideológico, mas pela minha formação humanística. Como médico, não posso aceitar esse tipo de coisa. Há poucos dias, fizemos uma homenagem à Maçonaria. Há três palavras que são nosso lema: liberdade, igualdade e fraternidade. Se essas pessoas não estão tendo liberdade para fazer o que querem, se não têm o direito de ir e de vir, se não têm o direito de exercer a profissão onde querem, se não têm igualdade de tratamento com outras pessoas de outros países, realmente não pode haver fraternidade. Portanto, registro minha posição de profundo protesto em relação a esse episódio. O Governo brasileiro – não é o Presidente Lula, mas o governo de todos os brasileiros – não pode ficar com essa suspeita em sua história diplomática. O fato tem de ser bem esclarecido. E quero apelar novamente, publicamente, na TV Senado, à OAB, para que investigue o caso, por meio da Comissão de Direitos Humanos. Não pode ficar parecendo que V. Ex^a, porque é Oposição, diz uma coisa

e que o Senador João Pedro e o Ministro dizem outra, porque estes são do Partido do Presidente Lula.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente, a questão não é ideológica, mas humanitária.

Senador João Pedro, o Chanceler disse, em território brasileiro, que esses rapazes jamais praticarão esporte – e é a vocação deles – e jamais deixarão a Ilha. Quem é o algoz disso tudo? É o Governo brasileiro, que protestou a vida inteira contra a tortura, que crucificou pessoas, inclusive do próprio movimento, acusadas de entregar os outros e de dedurar. E pratica um dedurismo com a participação institucional!

Os agentes cubanos agiram ao bel-prazer em território brasileiro. Não podemos aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– Senador Heráclito, chamo a atenção de V. Ex^a para a necessidade de concluir seu pronunciamento. E peço a gentileza de, em seguida, dirigir-se a esta Presidência, pois tenho um comunicado a fazer a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, Sr. Presidente.

O debate, ontem, transcorreu civilizadamente. O Ministro é uma pessoa de bom trato, e eu esperava que o encerramento fosse pacífico, até o momento em que recebi uma provocação da Líder do PT, aconselhando-me a deixar o Senado e a ingressar numa Comissão de Direitos Humanos da ONU. Isso se deu por que S. Ex^a – que não estava lá durante todo o debate, que chegou ao final – leu uma declaração de uma suposta presença no episódio do Presidente da OAB, que já havia sido desmentida, e um documento, em tese, do organismo da ONU sobre o episódio.

Eu não tinha despertado para esse fato, Senador João Pedro, mas esse organismo precisa esclarecer sua participação nesse episódio. A ONU foi acusada de conivência pelo Governo de V. Ex^a. Não podemos aceitar isso. A partir do momento em que a Líder do Partido lê aquele documento como peça de defesa, põe-se esse organismo em suspeita internacional, em xeque. Esses fatos precisam de esclarecimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável que, hoje, no País, estejamos vivendo isso!

Senador João Pedro, quando falei a V. Ex^a sobre o comportamento do Ministro, V. Ex^a lembrou o passado de S. Ex^a, de exilado. Concordo, mas quero dizer a V. Ex^a que a caneta e o poder transformam as pessoas. Imagine, Senador João Pedro, do outro lado da praça, quantos colegas de V. Ex^a estão sob julgamento da justiça, acusados de corrupção! E eles eram paladinos da moralidade, acusadores e enxovalhadores de honra alheia. O poder e a caneta mudam o homem. Daí por que não achar nenhum fato estranho a mudança de atitude, de comportamento do cidadão.

Já disse aqui e repito: Agamenon Magalhães dizia que o cidadão, o homem público devia dormir com um alfinete na cabeceira da cama, para, pela manhã, ao acordar, na primeira atitude, espetar-lhe o corpo, para ver que dói igualmente a qualquer ser humano.

A deformação do poder faz com que se tente justificar ato como este: entregar a uma ditadura dois rapazes que – não importa se foi um ato de rebeldia ou um grito de liberdade – quiseram mudar de pátria.

A grande pergunta é esta: eles foram para lá espontaneamente? Se eles foram para lá por que quiseram, por que não procuraram o Consulado? Tiveram de ir para lá sob o comando da Polícia brasileira a serviço de Cuba.

Sr. Presidente, na Operação Entebe – velho episódio que virou filme –, Israel invadiu um país africano para libertar seus reféns. Certa vez, Sr. Presidente, num cinema de Brasília, vi alguns governistas chorando, derramando lágrimas, ao assistirem ao filme sobre Olga Benário. Se amanhã esse episódio virar filme, quero saber de que lado estará o choro deles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, aguardo V. Ex^a para consultá-lo a respeito de uma necessidade da Mesa. (Pausa.)

O Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabem os amapaenses, bem como todos os que acompanham os trabalhos diários desta Casa, do meu compromisso com as causas e com os mais legítimos interesses do Estado que aqui represento.

Ao lado dos grandes temas nacionais, de cujo debate procuro sempre participar, deles jamais me omitindo, tenho por norma de conduta e por princípio de ação política defender tudo aquilo que diz respeito ao Amapá, num amplo leque que vai dos aspectos indispensáveis ao seu desenvolvimento sustentável à melhoria das condições de vida de sua população.

Por assim ser, volto a ocupar esta tribuna para focalizar, uma vez mais, uma obra que, sob todo e qualquer ângulo de análise, é bem mais que apenas importante – é simplesmente fundamental, indispensável, essencial. Trata-se da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, que representa mais que um

passo decisivo para o desenvolvimento do Estado, a certeza de que o Brasil amplia a porta estratégica para sua adequada inserção no mundo globalizado de nossos dias.

Em primeiro lugar, porque essa ponte nos liga, simbólica e fisicamente, à União Européia. Se pensarmos em termos de moeda, e levando em conta o fato de que nossa vizinha Guiana Francesa é um Departamento da França, chegaremos à óbvia conclusão de que é por meio do Amapá que o real brasileiro se encontra mais direta, rápida e naturalmente com o euro.

Física e geograficamente, o Amapá é a fronteira do Brasil com o mais completo e avançado bloco econômico hoje existente no mundo, que é justamente a União Européia. Se não nos esquecermos ser o Brasil o maior parceiro comercial que a França tem na América Latina, completa-se o cenário que confere a essa ligação entre o Amapá e a Guiana Francesa a importância econômica de que se reveste.

Há outro aspecto, contudo, que não pode ser esquecido e que reforça, ainda mais, o significado dessa ponte binacional. Vivem, hoje, na Guiana Francesa, cerca de vinte mil brasileiros, dos quais pelo menos a metade é constituída de amapaenses. Como se vê, trata-se de questão social da maior relevância: são milhares de compatriotas que merecem nossa atenção, a começar por oferecer-lhes menos dificuldades para o contato e o convívio com seus familiares e sua terra natal.

Devo lembrar, ademais, ser Santana, na região de Macapá, o porto brasileiro mais próximo do Caribe, da América do Norte, da Europa e da Ásia, via canal do Panamá. Por meio da BR-156 e da ponte sobre o rio Oiapoque, esse ponto será interligado às Guianas, à Colômbia, à Venezuela, a Manaus, à Amazônia Ocidental, à América Central e ao Caribe. Não nos esqueçamos: a BR-156 é a única estrada federal do Amapá planejada desde 1943, quando o Governo Vargas decidiu desmembrar o Amapá do Estado do Pará.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quando V. Ex^a achar conveniente, eu gostaria de um aparte.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Assim o farei quando oportuno, para que possa V. Ex^a fazer um aparte com mais tranqüilidade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Fico ao aguardo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Basta isso para que se confira à construção da ponte sobre o rio Oiapoque a dimensão estratégica que efetivamente possui. Considerando essa obra estar integrada ao projeto maior de conclusão da rodovia BR-156, que liga Macapá ao extremo norte do Estado e do Brasil, é

possível vislumbrar o escoamento de parte significativa da produção brasileira para o mercado externo com muito mais agilidade, segurança, conforto e, sobretudo, com muito menor custo operacional.

Pergunto a V. Ex^{as}: não é justamente disso que necessitamos para que o Brasil amplie sua capacidade competitiva e aumente sua presença nos mercados globais?

Eis, Sr. Presidente, razões mais que suficientes para que a ponte sobre o rio Oiapoque seja concluída no mais breve espaço de tempo, sendo iniciada já com o edital, no ano que vem. As condições para tal estão mais que dadas. O primeiro passo, que foi o acerto entre os Governos do Brasil e da França em torno da obra, vem de longe, desde 2001. O Congresso Nacional cumpriu seu dever ao referendar o acordo celebrado entre os dois Governos. A Comissão Bilateral Brasil-França, encarregada de negociar as condições gerais e específicas que nortearão os trabalhos, está instalada desde janeiro de 2002 – acordo, diga-se de passagem, que já foi reiterado, desta feita pelo Presidente Lula, quando de sua visita a Paris em 2005. Em ambas as ocasiões, acertou-se que o custo total da obra seria dividido entre os dois países, assim como se abriu a possibilidade de contratação de empréstimo externo para sua execução.

Meu Estado não vê a hora de receber a obra concluída – ou, pelo menos, iniciada no mês de maio de 2008 – consciente do impacto positivo que exercerá, do incremento das atividades econômicas à expansão do turismo, processo que, certamente, ramificar-se-á por toda a Região Amazônica, sem falar, é claro, do estreitamento das relações culturais entre povos que compartilham o mesmo espaço geográfico.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que estava ao telefone. Eu o faço justamente por isso, para que interrompa seu telefonema e se manifeste como membro ativo e efetivo desta augusta Casa.

V. Ex^a dispõe do tempo necessário para fazer o aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Gilvam Borges, fiquei muito feliz por ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, nesta manhã, porque a ponte sobre o rio Oiapoque, que liga o Estado de V. Ex^a à Guiana Francesa, e a ponte sobre o rio Itacutu, que liga o meu Estado de Roraima à ex-Guiana Inglesa, fazem parte de um grande projeto que, V. Ex^a se esqueceu, interliga Roraima ao Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Por meio da 210. Já temos recursos para a 210.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Não.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – É a Perimetral Norte, para Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Não, por meio da 156, no Amapá. Chegando em Roraima, vai pela 401.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Bem, esse é o plano de vocês. O nosso é o da 210 para chegar lá.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Não, é rodovia federal.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – A ordem dos tratores não altera a estrada. Depende da posição da lâmina.

V. Ex^a pode continuar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Estou apenas lembrando a V. Ex^a que essa malha viária do meu Estado é formada pela BR 401, que sai na fronteira com a Guiana e vai até a capital, Boa Vista, onde há duas derivações: a 174, que vai para a Venezuela, e a 432, que vai na direção de Manaus. No entanto, o importante é ligar, realmente, Amapá a Roraima, passando pelas três Guianas. Na verdade, a Guiana Francesa, como V. Ex^a falou, é um departamento da França, portanto, representa aquele país ali, colada. No meio, há o Suriname, passando pela capital, Paramaribo, e, na fronteira com Roraima, a ex-Guiana Inglesa, atual República da Guiana, com a sua capital Georgetown. Do lado de Roraima, a ponte sobre o rio Itacutu está sendo concluída pelo 6º BEC – deve estar terminada entre dezembro deste ano e janeiro do ano que vem. Fico feliz porque V. Ex^a disse que o mês de maio do ano que vem ficou estabelecido para o início da ponte sobre o rio Oiapoque. Tenho certeza de que, com o prestígio de V. Ex^a, do Senador José Sarney e do Senador Papaléo Paes, o Presidente Lula vai, realmente, concretizar essa obra e, aí sim, fazer a verdadeira integração do Norte do Brasil com os países vizinhos, de acordo com o já existente Projeto Arco-Norte. Estou à disposição de V. Ex^a para que trabalheemos juntos, a fim de que, tanto do lado do Amapá quanto do lado de Roraima, as coisas caminhem rapidamente e possamos, realmente, integrar-nos a esses três países. Embora, para muita gente, eles pareçam insignificantes, para nós são de suma importância, tanto para a exportação, quanto para que tenhamos acesso ao comércio internacional.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, representante desse povo maravilhoso de Roraima, ao qual quero informar que o Amapá retoma, depois de 20 anos, com recursos previstos no Orçamento-Geral da União de 2007, as obras da BR-210 – aquele grande projeto de inte-

gração com Roraima, da época dos militares. Assim, depois de 20 anos, temos recursos para a BR-210.

Quero comunicar a V. Ex^a que o Amapá se estrutura e busca as obras importantes para realizar essa interligação, a fim de que, quando Roraima interligar-se à Guiana Inglesa, já possamos ter a 210, que é uma obra estratégica para nós. Acredito que dentro de dez anos essa BR estará chegando a Roraima. Espero encontrar V. Ex^a com vida, para que possamos brindar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Espero que ambos estejamos com vida, porque, veja bem, essa BR está travada, Senador Gilvam Borges. No percurso do seu Estado ela pode estar concluída, assim como está no trecho do nosso Estado, mas para que ela vá de Roraima ao Amapá deve atravessar todo o Estado do Pará, onde há imensas reservas indígenas e ecológicas, que criarão impedimento para essa ligação pela 210, infelizmente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Quanto ao Amapá, não existem tantos problemas, pois há sempre um entendimento muito bom. Por exemplo, há uma obra paralisada, a BR-156, vinda de Oiapoque, em um trecho que atravessa áreas indígenas, mas já há entendimento e a obra, que foi interrompida, será retomada.

A nossa comunidade indígena é bem acessível e procura um bom entendimento com o Governo Federal, a fim de que este possa fazer as concessões e os reparos necessários para continuar as obras.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Em Roraima, as comunidades indígenas são extremamente acessíveis. Quem não é acessível é a Funai, quem não são acessíveis as ONGs que comandam esse processo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Acompanho a luta de V. Ex^a, inclusive quando da instalação da CPI sobre ONGs, que V. Ex^a liderou. Portanto, Senador Mozarildo, é sempre um prazer contar com o aparte inteligente, repleto de considerações pertinentes e que só somam e engrandecem a nossa fala, a nossa manifestação.

O que pleiteio neste momento, na certeza de que falo pelo conjunto da população amapaense e também pensando nos interesses estratégicos do Brasil, é que as obras da BR-156 e da ponte sobre o rio Oiapoque não sofram solução de continuidade e que sejam rapidamente concluídas. Ao fazê-lo, nosso País estará dando consistência ao Corredor Fronteira Norte, projeto vital para promover a integração de transportes nos Estados do Acre, do Amazonas, de Roraima e do Amapá.

São obras como essas que permitirão a integração da Região Norte com os países vizinhos, além

de cumprirem a função de interligá-la ao restante do País. Com isso, estará facilitado o acesso de insumos para a produção de bens de consumo, da mesma forma que tornará menos oneroso o escoamento da produção regional.

Em relação ao estado atual das obras da BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque – Município símbolo da nacionalidade, portal da Amazônia, pois é nele que começa o Brasil –, faço o seguinte registro: o trecho Ferreira Gomes/Oiapoque consiste na pavimentação de 453 quilômetros. Foram executados 55% das obras do trecho Ferreira Gomes/rio Tracajatuba ao rio Breu. Concluídos estão 65 km de pavimentação e duas pontes em concreto nos rios Tracajatuba e Tartarugal Grande.

Que bom, Sr. Presidente, que o Amapá se estrutura e busca obras estratégicas para o seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, estamos também num processo de interligação com a construção da ponte sobre o rio Jari, que fará a interligação dos Estados do Amapá com o Pará e com o resto do Brasil, na expectativa de que todas essas obras possam ser concluídas em tempo de possibilitar a alavancagem de projetos de interesse do Amapá.

Eu estava lá, Sr. Presidente, em 2001, na chegada do Presidente Fernando Henrique, no encontro histórico com Jacques Chirac, na Guiana Francesa. De lá para cá, anos se passaram e acordos foram estabelecidos, apesar do longo caminho da burocracia, tudo isso nos levou a estarmos empenhados nesse acordo internacional para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque. Finalmente, já em fase conclusiva, teremos o lançamento do edital para que a obra possa ter início em maio de 2008. Portanto, percorremos um longo caminho. Após os entendimentos entre ambas as Nações, nós, como Líderes da América Latina, firmamos esse grande acordo com a França.

O Presidente Lula, dando continuidade a esses entendimentos, teve a oportunidade de estar em Paris para dar prosseguimento e restabelecer entendimentos feitos há anos atrás.

Sr. Presidente, esse prosseguimento de obras importantes e estratégicas devem estar além do sabor ideológico de quem esteja no governo em determinada conjuntura. Dos vários governos que sonharam com isso, chegamos finalmente a um processo final e conclusivo de iniciarmos a obra da estratégica ponte sobre o rio Oiapoque.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do porquê de essa ponte ser estratégica, digo que, de Paris a Caiena, na Guiana Francesa, com a qual fazemos fronteira, o custo das passagens será

50% menor para os turistas chegarem à Amazônia via Amapá. Isso provocará uma oportunidade gigantesca para que o turismo possa se tornar uma das alternativas econômicas do Estado do Amapá, por sinal, o Estado mais preservado da Federação.

Sr. Presidente, acredito que a ponte sobre o rio Jari, que já está em execução, juntamente com as obras nas BRs-156 e 210, depois de abrímos a Amazônia por meio do Canal Marajó, uma hidrovia, promoveria desenvolvimento. Essa obra, Sr. Presidente, que já deveria estar no PAC, mas estrategicamente ainda não percebemos a necessidade da hidrovia, que encurtará em quase 50% a distância entre os demais Estados que formam a Amazônia.

É com alegria que falamos de obras estratégicas do Amapá. E a Bancada amapaense, aguerrida e disposta, se mobiliza para colocar os recursos necessários no Orçamento da União para 2008 não só para dar continuidade, Sr. Presidente, às obras em cursos, mas para iniciar outras. Estamos em busca de nossa interligação com Roraima; estamos construindo a ponte sobre o rio Oiapoque para abrímos o grande canal com a Comunidade Européia e América do Norte; estamos saindo também do sul do Estado com a construção da ponte sobre o rio Laranjal do Jari, para nos interligarmos com o Estado do Pará, grandes obras de infra-estrutura.

Sem dúvida que o Amapá, por causa de sua posição estratégica, brevemente estará incluído...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Peço que V. Ex^a conclua.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a havia me concedido 55 minutos. Mas pode dar o desconto. Em um minuto encerrarei.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Repararemos a falha. Fique V. Ex^a tranqüilo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Brevemente estaremos, sim, dentro de um mapa de desenvolvimento. Seremos um Estado pujante não só na economia, mas nos valores morais, nos valores de um povo valente, como os que vivem no meu querido Estado do Amapá. Acreditamos nisso!

Por isso, termos a missão especial, Sr. Presidente, meus nobres colegas Senadores, de aqui estarmos sempre como sentinela avançada na defesa dos mais altos interesses do Amapá.

Portanto, agradeço ao Brasil e a todos os colegas a paciência.

Que Deus abençoe o Amapá e o Brasil! E que possamos prosseguir trilhando pelos caminhos do desenvolvimento, da paz e da integração, para que a comunidade globalizada possa, realmente, se consolidar cada vez mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua missão de exercer o controle da Administração Pública Federal, o Congresso Nacional conta com um valioso e imprescindível auxiliar: o Tribunal de Contas da União.

É bom frisar que a função de fiscalizar os atos do Poder Executivo está na origem mesma da instituição do Parlamento. Antes ainda do estabelecimento dos regimes democráticos, as assembléias já detinham a responsabilidade de apreciar os atos dos monarcas, servindo como um contrapeso ao amplo poder que nele se concentrava.

Após assumir a sua condição essencial de Poder que faz as leis, os parlamentos não perderam a atribuição de fiscalizar, nem esta, tampouco, deixou de preservar toda sua importância. Ao contrário, o dever do Legislativo de fiscalizar mostra-se essencial para o bom funcionamento das democracias e para a harmonização dos três Poderes.

A sociedade tem o direito de controlar tudo o que ocorre na Administração Pública – e nenhuma instância é mais indicada que o Parlamento, por sua legitimidade democrática e por sua composição pluralista, para exercer esse controle.

No entanto, como afirmou com toda propriedade o Ministro Substituto do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, em palestra pronunciada, há alguns anos, na Advocacia-Geral da União:

O sistema de controle externo, tal como concebido no Brasil e na maioria dos países, deriva da necessidade de conjugar a legitimidade democrática do Parlamento com a imparcialidade de órgão técnico, que exerce competência fiscalizatória a partir de padrões objetivos de cunho técnico-jurídico.

Isso significa dizer que todos os organismos da Administração Pública têm que ter, no controle externo exercido pelo TCU, condições de que esse órgão, por meio do seu embasamento técnico, do controle e da fiscalização, faça recomendações aos órgãos públicos em relação ao que acredita ser melhor para o País. Isso é bom para o Parlamento; é bom para o País.

E esse é, nada mais, nada menos, o papel imprescindível exercido pelo TCU, ao qual eu me referia no início deste pronunciamento.

Se o Tribunal de Contas da União sempre desempenhou tarefas de inestimável valia para o País, o escopo das suas atribuições vem se ampliando, notadamente a partir da Constituição de 1988.

Em sintonia com as modernas tendências do controle da administração pública mundial, a Constituição Federal estendeu ao controle externo e à fiscalização exercida pelo TCU, de um âmbito meramente financeiro e orçamentário, como era antes, para que ele passasse a fazer, desde 1988, uma fiscalização “contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial”.

O que se deve ressaltar aqui, Sr. Presidente, são as fiscalizações de natureza operacional, que, indo além da legalidade e de outros aspectos formais, indagam pelos resultados da gestão dos órgãos públicos. É importante que indaguem, sim, como os órgãos públicos estão gerindo a coisa pública, como os órgãos públicos estão executando as ações que devem executar por força de lei e, também, qual a garantia da avaliação feita por meio das ações executadas pelos órgãos públicos.

A média da implementação dessas recomendações feitas pelo TCU aos diversos órgãos e programas auditados tem se situado em torno de 60%. O TCU recomenda ao órgão público mudanças na sua operacionalização, e estes atendem às sugestões do TCU. Em nosso País, como disse, 60% dos órgãos públicos aceitam as sugestões do TCU e mudam sua conduta. No entanto, no mundo todo, é normal chegar a 70% ou mais. Mesmo assim, o cumprimento dessas recomendações já vem acarretando ganhos substanciais nos resultados da Administração Pública. A melhoria do desempenho se reflete sensivelmente na economia de recursos.

Para citar um único exemplo: a auditoria realizada pelo TCU no Programa Nacional do Livro Didático, em 1999, teve um índice de 66,7% das recomendações aceitas e implementadas pelo MEC, e de 25% de recomendações parcialmente implementadas. A economia de recursos resultante das mesmas recomendações alcançou, nos três anos subseqüentes, R\$1.440.000,00, com um ganho de R\$25,00 para cada real gasto na execução da auditoria.

Portanto, é muito importante que as implementações daquilo que o TCU recomenda aos órgãos públicos sejam efetuadas. Eles possuem técnicos que acompanham e têm condições de dizer à Nação o que os órgãos públicos podem fazer para gastar menos ou melhor os recursos orçamentários.

Pode-se concluir, Sr. Presidente, que as auditorias de desempenho realizadas pelo Tribunal de Contas da União já se tornaram um instrumento imprescindível para aperfeiçoar a gestão do serviço público e dos programas de ação do Governo.

A Carta Cidadã de 88, a nossa Constituição Federal, também se preocupou em reforçar os vínculos e o comprometimento do TCU com o Congresso Nacional. Assim, é que o inciso VII do art. 71 explicita, como uma das competências do órgão:

Art. 71.
(.....)

VII – prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

Está em nossa Carta Magna. Portanto, o TCU é o braço desta Casa; o TCU é que pode acompanhar tudo o que estamos fazendo de bom e, com relação ao que não está correto, pode dar a linha mestra para que esta Casa acompanhe seu trabalho.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Marisa Serrano?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senadora Marisa Serrano, eu me alio às palavras de V. Ex^a. Realmente, o Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, tem cumprido um papel historicamente muito importante. Eu diria mesmo que os maiores escândalos envolvendo desvio de recursos públicos foram constatados por meio de auditorias e de acompanhamento do Tribunal de Contas da União. Recentemente, fiquei triste ao ver na imprensa algumas insinuações a respeito de Conselheiros que lá estão e que, na verdade, são pessoas muito sérias, homens públicos que tiveram passagem pelo Legislativo ou pelo Executivo, eminentes membros de um corpo técnico invejável. O Ministério Público do Tribunal de Contas da União é atuante e atento, tanto é que, há algum tempo, não investigavam as ONG que recebiam recursos públicos; hoje, o Tribunal de Contas da União desvendou o grande mistério que envolvia essas instituições, onde, talvez, houve mais assalto aos recursos públicos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – É verdade, Senador Mozarildo Cavalcanti. Agradeço o aparte e faço um comentário.

O Senador Heráclito Fortes tem brigado no sentido de que esta Casa acompanhe e fiscalize o trabalho realizado pelas ONG e pelas Oscips. O Tribunal de Contas tem sido um grande aliado, como V. Ex^a disse, para esclarecer tais questões. É necessário que o di-

neiro público seja bem empregado, que seja avaliado nas suas conseqüências, que seja aplicado sim, mas que a população saiba como foi aplicado e que aspectos positivos isso trouxe para a sociedade. Trata-se de uma avaliação do trabalho executado.

Por isso, Senador Mozarildo Cavalcanti, o TCU tem sido um grande aliado, como V. Ex^a disse, não só acompanhando o desenvolvimento do trabalho feito pelos órgãos públicos e por aqueles que recebem o dinheiro público, mas também ajudando as Comissões desta Casa no trabalho que desempenhamos aqui.

Há alguns dias, eu conversava com o Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas, que foi Deputado Federal, meu colega naquela Casa. Discutíamos justamente o fato de esta Casa utilizar mais os trabalhos do TCU, de pedir-lhe mais apoio, para que possamos fazer um trabalho melhor e dar aqui respostas efetivas à sociedade.

A Constituição de 1988 foi muito além quando atribuiu ao TCU o dever de emitir pronunciamento conclusivo, junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre indícios de despesas não autorizadas, quando não esclarecidos pela autoridade responsável. Isso deu mais tranquilidade e transparência à execução do Orçamento da União.

Essa participação do TCU, junto ao Congresso Nacional, no acompanhamento da execução orçamentária vai ganhar uma dimensão bem mais ampla com a sua obrigação, inserida na Lei das Diretrizes Orçamentárias, a partir de 1997, de remeter à Comissão Mista informações sobre a execução de obras e serviços executados com recursos federais. O resultado mais efetivo dessas informações consiste em uma relação de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, que vai acarretar, via de regra, a suspensão do repasse de recursos para obra ou serviço nela listados, até que as irregularidades sejam sanadas.

A decisão de bloquear o fluxo orçamentário cabe, sem dúvida, ao próprio Congresso Nacional, que deve analisar, entre outros aspectos de cada programa de trabalho, sua urgência ou o custo de sua desmobilização. Pára ou não a obra? Isso acarretará mais danos ao Erário ou não? Tudo isso se deve muito ao acompanhamento do Congresso Nacional em cada obra executada, para que não haja esqueletos de obras públicas a céu aberto, em todo o País, mostrando-se uma desmoralização não só dos órgãos que têm a obrigação de construir os próprios públicos, mas também do Congresso Nacional, que deve fiscalizar e denunciar quando os recursos não são bem aplicados.

Também não há dúvida de que a suspensão dos repasses de recursos, com base nas auditorias e inspeções realizadas pelo TCU, constitui uma forma

altamente eficaz de controle preventivo da execução orçamentária, evitando-se desvios consideráveis e inadmissíveis dos preciosos recursos públicos. Isso significa que só a fiscalização do TCU já ajuda a inibir qualquer tipo de desvio na execução pública dos recursos federais.

A ampliação das atribuições do TCU não tem ocorrido de modo completamente consensual, mas vem despertando, ao contrário, algumas controvérsias. A esse respeito, penso que nada temos a perder com o debate e com o confronto de pontos de vista divergentes.

A experiência vem mostrando, contudo, que a atuação do TCU, seja de natureza judicante, fiscalizatória ou técnico-opinativa, tem gerado efeitos muito positivos para a administração dos três Poderes da União. Também deve ser assinalado que suas ações servem como modelo ou parâmetro para os demais Tribunais de Contas do País e, também, em parte, para os órgãos de controle interno.

Uma das questões que mais tem suscitado controvérsias, Sr. Presidente, é a atuação fiscalizadora do TCU junto às agências reguladoras. Não pretendo aqui esgotar esse tema, que foi motivo de outro debate, de outro pronunciamento que fiz esta semana. Sem dúvida, é um problema que reflete certa complexidade, mas não me eximo de tecer alguns comentários a respeito.

A independência e a natureza especial das agências reguladoras dentro da Administração Pública indireta não podem ser negadas, sob pena da sua completa descaracterização.

Não se discute que cabe ao TCU o dever de fiscalização orçamentária e contábil das agências. O que vem sendo contestado é a sua competência em realizar fiscalizações operacionais em órgãos de natureza tão peculiar e de atribuições de alta especialização técnica.

O TCU vem, entretanto, enfrentando esse desafio. Sua participação nos processos de privatização das empresas estatais, como as dos setores elétrico e de telecomunicações, “evidenciou a necessidade”, de acordo com artigo elaborado por técnicos do órgão, “de acompanhar a execução dos contratos decorrentes desses processos, principalmente a atuação finalística das agências reguladoras”.

Portanto, Sr. Presidente, tal ação fiscalizadora, focalizada nos fins das agências reguladoras e, portanto, nos seus procedimentos de alta tecnicidade, parece amplamente justificável, se tivermos em conta as palavras do Ministro Marcos Vinícios Vilaça de que “a fiscalização da legalidade só será relevante e eficaz se estiver integrada à avaliação do desempenho da Administração Pública e dos responsáveis pela gestão dos recursos públicos”.

Mesmo considerando a natureza singular das agências reguladoras, nada impede que um olhar independente, desde que devidamente capacitado, como é o caso do TCU, possa detectar problemas e recomendar o aprimoramento de suas ações. E, de fato, isso tem ocorrido nas auditorias já realizadas.

Em resumo, Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União vem mantendo, historicamente, a tendência de ampliar suas atribuições. Um último e eloqüente exemplo a ser citado é o de suas novas competências decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre as quais, a de avaliar o atingimento pela unidade da Federação das metas estabelecidas na LDO.

Sem dúvida, as prerrogativas do TCU devem ser reforçadas, para que se ampliem, também, os efeitos das suas ações e decisões. Apenas no primeiro trimestre deste ano, o controle das contas condenou 367 responsáveis ao recolhimento de débitos e ao pagamento de multas, que totalizaram R\$89,3 milhões. Esses resultados demonstram, como frisa a matéria do *Correio Braziliense* de 11 de junho último, “a alta incidência de mau uso do dinheiro público no Brasil”.

Sr. Presidente, não há como contestar a grande contribuição do Tribunal de Contas da União como braço fiscalizador do Congresso Nacional, combatendo o mau uso dos recursos públicos e empenhando-se para que a sua gestão reverta em efetivo proveito da sociedade brasileira, com o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização, controle e efetiva execução pelos órgãos públicos dos recursos públicos que saem do bolso do contribuinte brasileiro.

Portanto, deixo aqui um voto de louvor ao trabalho efetuado pelo Tribunal de Contas da União, como braço do Congresso Nacional, nesta nossa luta para fazer com que cada tostão que entre nos cofres públicos seja bem utilizado e fiscalizado. Quando isso não acontecer, que tenhamos à mão, como temos, um órgão externo que nos auxilie a fazer isso. Fico feliz, Sr. Presidente, em poder aqui enaltecer o trabalho que o TCU tem feito, contribuindo não só com esta Casa, mas também com todo cidadão brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI)

– Com a palavra o nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, volto a este augusto Plenário para fazer duas breves, brevíssimas, comunicações a V. Ex^{as} e ao Brasil.

Primeiramente, informo que, na data de ontem, compareci espontaneamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo

Senador Leomar Quintanilha, e, por quase duas horas, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, esclareci os Relatores sobre as artificiais acusações que enfrento, as quais procuram transformar um caso que tramitou na vara de família numa crise político-institucional.

Com esse gesto, ao qual não estava obrigado, abreviei, como todos sabem, em muito, mais precisamente em dez dias, o prazo que teria para impugnar, se entendesse necessário – e não é necessário –, o laudo técnico da Polícia Federal.

Sr. Presidente Heráclito Fortes, eu, como ex-Ministro da Justiça, conheço de perto a seriedade, a isenção e a competência da Polícia Federal.

Agindo assim, mantive a prática que venho adotando ao longo desse doloroso percurso, tratando com absoluta transparência esse caso, seja entregando documentos sem ao menos ser solicitado a fazê-lo, seja voluntariamente abrindo todos os meus sigilos, seja pedindo ao Procurador-Geral da República para que o Ministério Público me investigue.

Com isso, colaboro para que a verdade se torne visível e trato com especial deferência não apenas o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, mas também os Senadores, as Senadoras e a própria instituição que tenho a honra, o prazer e o privilégio de presidir.

Homenageio, também, Sr. Presidente Heráclito Fortes, a democracia. Esse procedimento a que estou submetido, sem abalar as instituições e oportunizando o pleno direito de defesa, somente seria possível – é preciso dizer – no regime democrático.

Sou, por convicção, um democrata. Acredito mesmo na democracia, compreendo o papel da democracia e sempre lutei por ela, até mesmo quando me sinto vítima de seus excessos. E entendo que o antídoto para os eventuais excessos da democracia está exatamente em mais democracia.

Outros políticos brasileiros sofreram com isso e, nem assim, abalaram a sua crença na democracia. O próprio Rui Barbosa, patrono desta Casa, quando foi descrito como “maníaco da infamação de seu país”, lutou pela restauração da verdade e da sua imagem, deixando registrada essa magnífica passagem:

Três âncoras deixou Deus ao Homem: o amor da pátria, o amor da liberdade, o amor da verdade. Cara nos é a pátria, a liberdade, mais cara; mas a verdade, mais cara de tudo. Damos a vida pela pátria. Deixamos a pátria pela liberdade. Mas à pátria e à liberdade renunciamos pela verdade, porque este é o mais santo de todos os amores. Os outros são da terra e do tempo. Este vem do céu e vai à eternidade.

Sou reconhecido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à sincera força que venho recebendo da minha família, de meus colegas Senadores e Senadoras, de meus amigos e amigas em toda parte. A esse gesto só poderei agradecer com o respeito e a amizade duradoura. Já disse aqui e queria repetir: na vida, Senador Adelmir, o efetivo é o afeto.

A segunda comunicação é também muito importante e diz respeito a uma reunião do Conselho Diretor da Anatel, prevista para a semana que vem, com toda aparência de remendo.

A idéia, Sr. Presidente, é maquiar uma transação ilegal que denunciei aqui mesmo deste Plenário. Querem trocar os acionistas – os “laranjas”, como foram chamados na oportunidade –, na tentativa de aprovar o negócio flagrado na ilegalidade, conforme voto de um conselheiro da Anatel, publicado na própria Internet.

Quero reiterar que a negociata fere os interesses nacionais, restringe a concorrência e agride o mercado.

O Grupo Abril, Sr. Presidente, dono da revista **Veja**, desafia a legislação brasileira ao transferir para a Telefônica, empresa estrangeira, o controle total de uma operadora de televisão em São Paulo, que transmite em MMDS. Essa deprimente operação pretende repassar também à Telefônica 86,7% da Comercial Cabo, também na cidade de São Paulo, e 91,5% da TVA Sul, que alcança Curitiba, Foz do Iguaçu, Florianópolis e Camboriú.

O Acordo de Acionistas da Comercial Cabo, conforme o Parecer do Conselheiro Plínio de Aguiar, deixa a operação e o gerenciamento da parte das telecomunicações da operadora a cargo da Telesp.

Existe, ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma cláusula marota estabelecendo uma Reunião Prévia – pasmem! –, anterior às Assembléias Gerais e reuniões do Conselho de Administração, que interfere decisivamente nos mecanismos de controle.

Finalmente, não se observou nessa transação imoral o art. 7º da Lei do Cabo, que garante que as decisões em concessionárias de TV a cabo sejam tomadas exclusivamente por brasileiros, tendo em vista que as decisões da GTR Participações estarão sujeitas à aprovação da Telesp, que é controlada por estrangeiros.

Outra violação à lei brasileira nessa transação está na proibição de que uma empresa de telefonia detenha, na mesma área, concessão de TV a cabo.

Trata-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de um negócio ilegal, com parte já paga, que renderá

ao Grupo Abril, proprietário da revista **Veja**, quase R\$1 bilhão, a merecer criteriosa investigação.

Sobre o assunto – os senhores sabem, já disse aqui e repito –, já enviei expedientes ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério Público, ao Cade, ao Presidente da República, à Câmara dos Deputados, aos Ministros, à Polícia Federal, ao próprio Ministério das Comunicações, à Comissão de Valores Mobiliários e ao Parlamento e ao governo espanhol.

Convidados, nesta semana, pelo nobre Senador Wellington Salgado, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, a comparecer à Casa para explicar o inexplicável, os dirigentes da Telefônica e do Grupo Abril, proprietário da revista **Veja**, fizeram ouvidos moucos, optando pela delonga e pela procrastinação.

Tentam, Srs. Senadores, desesperadamente adiar os esclarecimentos, na esperança de que uma maquiagem salvadora iluda o País e chancela essa imoralidade.

Agora sabemos, em boa hora – e isso eu queria comunicar à Casa e ao Sr. Presidente Heráclito Fortes –, que a Câmara dos Deputados, numa atitude patriótica, constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com quase duzentas assinaturas, para investigar essa ardilosa transação.

Como primeira conseqüência, peço ao Exm^o Sr. Ministro das Comunicações e ao Diretor-Presidente da Anatel que suspendam o julgamento marcado para a próxima semana, em razão das irregularidades apontadas e que serão investigadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados.

Não há, Sr. Presidente, neste País – V. Ex^a tem dito com toda a razão –, mais tolerância com esse tipo de negócios bilionários e empresários gananciosos, que, ferindo a lei e o interesse nacional, fazem fortuna vendendo concessões que ganharam do Estado brasileiro ao capital estrangeiro – capital este que eu sempre defendi e continuarei a defender, pois acho que será sempre bem-vindo ao País, desde que para atuar nos estritos limites da legislação brasileira.

Isso, sim, Srs. Senadores, Srs. Jornalistas, é misturar o público com o privado na sua mais perversa expressão.

Mais uma vez agradeço a atenção e a paciência de todos e, em especial, a paciência do povo brasileiro e do povo de Alagoas, que, por meio das inúmeras manifestações que me enviam diariamente, demonstram cansaço com as mentiras que são repetidas à exaustão com o objetivo de convertê-las em verdades e iludir a boa-fé da Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI)

– Com a palavra, o nobre Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, venho a esta tribuna nesta manhã para prestar contas de uma atividade que realizei em meu Estado, o Estado do Amazonas, juntamente com toda a minha assessoria, com o objetivo de colocar o nosso mandato próximo à sociedade civil, de maneira a poder ouvir os clamores do povo ribeirinho, dos povos indígenas, das instituições que trabalham na região denominada Médio e Alto Solimões.

O Amazonas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o maior Estado da nossa Federação do ponto de vista territorial e é marcado profundamente pela presença de seus rios. As nossas cidades foram criadas, instaladas, ampliadas às margens dos nossos rios.

Fizemos essa primeira grande viagem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que o nosso mandato ouvisse, sentisse e construísse com as lideranças dessa região denominada Mesorregião do Alto Solimões.

E vou ler aqui os nomes das cidades que compõem essa mesorregião localizada na extremidade do Brasil, na fronteira com o Peru e a Colômbia. Essa mesorregião é formada pelos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Itá, São Paulo de Olivença e Tabatinga. Visitamos também Alvarães, Tonantins e o município de Tefé.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi uma semana de viagem – por isso quero prestar contas ao Senado da República e ao Brasil – na qual percorremos onze municípios de barco.

A primeira parte da viagem foi feita, evidentemente, de avião, de Manaus até a fronteira. Descemos na bela cidade de Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru. Nossa assessoria era formada por sociólogos, economistas, geógrafos, educadores e dirigentes de movimentos sociais. Descemos em Tabatinga e começamos a segunda parte dessa viagem, que foi feita de barco.

Um mandato ribeirinho, um mandato ligado às águas, um mandato próximo de territórios históricos, que são os territórios indígenas! Nós passamos, então, dez dias viajando, paramos nas onze cidades mencionadas e em algumas comunidades, pequenas vilas às margens do histórico e belíssimo rio Solimões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero mencionar aqui os prefeitos com quem conversamos, os vereadores com quem conversamos. Destaco o Prefeito de Tabatinga, o Prefeito Joel Santos; o Prefeito

de Benjamin Constant, José Maria da Silva Júnior; de Atalaia do Norte, o Prefeito Rosário Comte Galati; de São Paulo de Olivença, Hamilton Lima, que não estava no município – fui recebido pela Vice-Prefeita do Município, a Sr^a Conceição –; de Amaturá, o Prefeito Luiz Pereira; de Santo Antônio do Itá, o Prefeito Antônio Bittar, competente Prefeito lá de Santo Antônio do Itá; de Tonantins, o Prefeito José Raimundo; de Jutai, o Prefeito Humberto Lasmar; de Fonte Boa, o Prefeito Sebastião Lisboa, que não se encontrava – por sinal, já faz algum tempo que ele não comparece ao município de Fonte Boa –, em Alvarães, o Prefeito Delmiro Barbosa de Lima; em Tefé, estivemos com o Prefeito Sidônio Gonçalves, mas a nossa comitiva foi acompanhada desde o início, ou seja, participou da nossa caravana o Vice-Prefeito Abel Rodrigues Alves.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses Municípios compõem uma população de 250 mil pessoas, formando a mesorregião. E essa viagem consumiu 200 horas de atividades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, testemunhei os clamores dos moradores das cidades contra a crescente violência, contra a falta de emprego, contra a falta de saneamento básico. Testemunhei os clamores das populações contra gestores ausentes e sob suspeita de corrupção. Em Jutai, encontrei uma cidade rebelada, com os professores sem receber os seus salários – atrasados em dois meses –, num total desrespeito a esses profissionais da educação e às crianças.

Nesse sentido, fiz um apelo ao Prefeito Umberto Afonso Lasmar para que pagasse os salários dos professores a fim de que a normalidade voltasse àquela cidade. Espero que isso já tenha acontecido, pois já se passou uma semana.

Em Fonte Boa, o Prefeito Sebastião Lisboa, que se mantém no cargo por força de uma liminar, sequer mora na cidade que deveria administrar. O Prefeito da cidade de Fonte Boa não mora na cidade, Sr. Presidente! V. Ex^a ficou surpreso, mas é isto mesmo: o Prefeito vive em Manaus e a cidade está absolutamente sem um gestor, sem administração. Visitei e levei um choque quando estive num posto de saúde do Município, vizinho à Câmara Municipal, e vi o descaso com a saúde pública, o desrespeito para com a população daquele Município.

Nessa viagem, sistematizei idéias e sugestões de brasileiros e brasileiras que, se transformadas em políticas públicas, podem mudar a história do País naquela região tão complexa geográfica, política, cultural e socialmente.

Foi possível observar que os problemas da tríplice fronteira se alastram para todos os Municípios do Solimões. Dezenas de peruanos e colombianos

migram diariamente para o território brasileiro em busca de emprego e proteção contra a violência do conflito armado.

É notório que o Peru possui uma economia ainda frágil, bem distante da força que tem a Colômbia e o Brasil naquele ponto da fronteira. A Colômbia enfrenta um conflito armado de quatro décadas. Quatro décadas! E, principalmente, a população rural da Colômbia, os trabalhadores rurais, com medo do conflito armado, atravessam a fronteira, migram para o Brasil e chegam aqui absolutamente desprotegidos. A migração aumenta a concorrência desigual por trabalho nas cidades dos Solimões e, por conseqüência, há queda no nível da qualidade de vida dos mais pobres.

Outra questão crucial diz respeito ao tráfico de drogas. Narcotraficantes dos três países usam o rio Solimões e seus afluentes como meio de acesso aos centros distribuidores. Índios e ribeirinhos tornaram-se alvos dos recrutadores de “mulas”, como são denominadas pela crônica policial as pessoas que transportam drogas. Dados da Diocese do Solimões atestam que ao menos quatro mil pessoas recrutadas em cidades do Solimões estão presas na Europa por tráfico internacional de drogas. Sr. Presidente, quatro mil pessoas presas em função do tráfico de drogas naquela região do nosso País!

Ainda ontem estive conversando com o Ministro Tarso Genro, quando da audiência pública; conversei também com o Delegado-Geral da Polícia Federal, Paulo Lustosa, e externei a situação da fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, que é preocupante. Conversei com Dom Alcimar Caldas Magalhães, Bispo do Alto Solimões, de Tabatinga; conversei com Vereadores, com o Prefeito, conversei com o delegado da Polícia Federal de Tabatinga, conversei com religiosos, conversei com lideranças populares e a preocupação, a ansiedade e a angústia do povo naquela fronteira é grande.

Em Tabatinga, na fronteira seca com a capital do departamento colombiano do Amazonas, 26 pessoas foram assassinadas entre os meses de janeiro e julho deste ano. As execuções chegam a ser realizadas à luz do dia e teriam como causa supostos ajustes de contas do submundo do narcotráfico. Os moradores dessa cidade vivem em estado de pavor, o que não poderia ser diferente diante de tanta insegurança e impunidade.

Essa situação evidencia que há um enorme transbordamento dos problemas sociais e das atividades ilícitas dos países vizinhos para o território brasileiro que aguçam ainda mais as mazelas seculares dessa região do território amazônico brasileiro.

Ouçõ, com prazer, o aparte do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador João Pedro, como amazônida, acompanhei, com muita atenção e até mesmo emoção, o pronunciamento de V. Ex^a, porque tenho dito aqui, na tribuna, nas comissões – agora sou Presidente da Subcomissão da Amazônia –, que me preocupa muito essa situação de ausência do poder público nas nossas fronteiras. E quem são as primeiras vítimas? As populações daquela região: os índios, os nossos caboclos, os não-índios, enfim, aqueles brasileiros que estão lá servindo, digamos assim, de guardiões voluntários das nossas fronteiras. Por conseqüência, o Brasil perde no que tange ao tráfico de drogas, como V. Ex^a frisou muito bem, ao tráfico de armas, à biopirataria, que é feita de maneira muito escancarada na Amazônia sob vários mantos. Só para citar um exemplo concreto, para não ficar na elucubração, já que muitas pessoas pensam que é paranóia: quando fui Presidente da CPI das ONGs, identificamos uma ONG chamada Cooperíndio – Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro –, de São Gabriel da Cachoeira, cujo Vice-Presidente foi preso pela Polícia Federal com 300 quilos de tantalita e uma quantidade – que não recordo agora – de ametista. Ametista é uma pedra semipreciosa, e tantalita é um mineral nobre de terceira geração. Veja como aquela área imensa do seu Estado, como também do Pará estão realmente desguarnecidas. Aí entra a tese que venho defendendo e pela qual, às vezes, sou contestado – mas continuo defendendo: a redivisão territorial de Estados gigantescos, como o de V. Ex^a, que, sozinho, é maior que os sete Estados do Sul e do Sudeste; como o Pará, que equivale a essa área; e o Mato Grosso, que é um pouco menor. Os três Estados – Amazonas, Pará e Mato Grosso – são mais da metade do Brasil. Se não houver realmente um pensamento geopolítico e geoestratégico de que isso também beneficia o social, a realidade constatada por V. Ex^a será agravada e constatada durante muitas décadas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, obrigado a V. Ex^a pelo aparte, que ilustra ainda mais a necessidade de construirmos políticas públicas fortes, consistentes e sérias para essas regiões, esses territórios do nosso País e dos nossos Estados na Amazônia.

Prosseguindo, Sr. Presidente, o narcotráfico e outras atividades ilícitas, como o corte ilegal de madeira e a biopirataria, encontram terreno fértil entre os moradores do Solimões, que, nos últimos 50 anos, viram seus estoques de peixes e animais silvestres esvaziarem-se em função da pesca e da caça predatórias.

O Bispo do Alto Solimões, Dom Alcimar Oliveira Magalhães, natural de Benjamin Constant, é enfático em alegar a fome como principal fator dos desajustes sociais.

De todos os segmentos sociais, os mais afetados pela carência de ações corretas do Estado brasileiro são os povos indígenas. No Vale do Javari, na fronteira com o Peru, os povos marubos, corubos, maiorunas, matis, culina e canamari sofrem, há quase dois anos, com epidemias de hepatite e de malária e surtos de febre amarela e tuberculose. A situação desses povos se agrava ainda mais com o período de estiagem, que se estende de agosto a novembro, quando a água potável se torna rara e as distâncias em busca de socorro médico ficam mais difíceis de serem vencidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma viagem de canoa impulsionada por motor rabeta entre uma aldeia dos marubos e a cidade de Atalaia do Norte, no período de seca dos rios, pode durar até dez dias. Já um paciente com hepatite delta tem menos de três dias de vida, caso não receba tratamento adequado assim que a doença se manifesta. A situação dos povos do Javari é calamitosa, é revoltante, é uma imoralidade para todos nós.

Ainda nesta semana, pedi uma audiência ao Presidente da Funasa, Dr. Danilo Fortes, e fiz a ele este relato. Pedi que a Funasa vá para o vale do Javari, que o gestor da Funasa, no Estado do Amazonas, suba o rio Solimões e vá conviver com as etnias do rio Javari, que faz a fronteira do Brasil com o Peru, onde tem quatro mil índios. É preciso que a Funasa encare essa dura realidade e dê respostas urgentes para aquela população que vive aflita pelas doenças que lá pairam.

Do ano passado para cá, 36 indígenas morreram vítima de hepatite. Há povos, como os Marubos, que têm 70% da sua população contaminados por hepatite. Chefes indígenas chegaram a estimar que, se nenhuma medida for tomada para por fim a essas doenças, os povos do vale do Javari estarão extintos dentro dos próximos dez anos. Trata-se, no mínimo, de um alerta em um ambiente de pavor, que deve ser levado em consideração pelo Estado brasileiro.

Espero que, na próxima semana, eu possa ter um encontro com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para relatar a situação da saúde de todos os povos indígenas, que vivem às margens do rio Solimões.

O tuchaua Raul Maoruna fez-me um apelo comovente: “Senador, o senhor, que é representante do governo dos brancos, faça alguma coisa para o povo do Javari não desaparecer”.

No Vale do Javari vivem hoje cerca de quatro mil índios, cujas terras são alvo de caçadores, pescadores e madeireiros.

Em situação não menos degradante vivem parcelas significativas dos povos ticuna, cambeba e cocama, que moram nas margens do Solimões e de seus afluentes. Os ticunas formam uma população de mais de 40 mil índios, uma das maiores entre os povos indígenas do País. Nas cidades, eles vendem seus produtos: peixe, farinha de mandioca, frutos silvestres. Nelas também se abastecem de alimentos industrializados e buscam atendimento médico e demais serviços públicos.

É na condição de pacientes e de acompanhantes que os índios mais sofrem, porque assim precisam permanecer mais dias nas cidades. Como nem todas as sedes municipais dispõem de casas de trânsito, eles perambulam por praças e flutuantes, que são casas, abrigos sobre o rio, dormem ao relento e passam a depender da caridade alheia. Esses brasileiros da Amazônia vivem constantemente nos limites de suas forças e da esperança por melhoria de qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Vou conceder a V. Ex^a mais dois minutos para conclusão do seu discurso.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, a Funai precisa urgentemente acompanhar de perto a situação dos povos indígenas que vivem às margens do Solimões.

Quero chamar a atenção do Ministério das Minas e Energia, porque é um clamor das onze cidades por que passaram nossa caravana, para a execução do programa Luz para Todos. Quero chamar a atenção dos gestores do meu Estado, do Dr. Frota.

Na próxima quarta-feira, conversarei com o Ministro das Minas e Energia para fazer um relato desse programa que está ausente – e é uma grande contradição – nas cidades do Solimões, apesar de os recursos estarem no Estado. O Presidente Lula é um incentivador, tem compromisso com os trabalhadores rurais do nosso País, quer o Luz para Todos, mas o programa não está implantado em nosso Estado.

Quero chamar atenção também, Senador Mozarildo Cavalcanti, que falará em seguida, para os recursos federais que chegam à mesorregião. Temos um problema seriíssimo de gestão. Com raríssimas exceções, os prefeitos são incompetentes para trabalhar com dignidade, com transparência, com respeito, com compromisso.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Mais um minuto para V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a vem diminuindo drasticamente a concessão. Sei que estou abusando, mas é uma região grande, um Brasil formado por amazônidas.

Quero agradecer, neste final, a presença de alguns gestores que participaram, como o Presidente do Idam, que esteve em Tefé para discutir um projeto de dendê naquele Município. Quero agradecer a presença da militância do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, dos Vereadores que se interessaram pelas discussões, porque, em cada cidade, nós paramos para ouvir, num sindicato, num ginásio, na Câmara Municipal, os clamores, as opiniões, as críticas, as contribuições.

O povo da Amazônia precisa ser respeitado. Os recursos chegam para a merenda escolar, para a saúde, para a educação e, lamentavelmente, muitos dos Prefeitos vivem em Manaus, em vez de viverem em seus Municípios.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Dado o tamanho da região, vamos aumentar um pouco mais o tamanho do seu discurso. Vou conceder mais um minuto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Concluo, Sr. Presidente, mas quero dizer para os dirigentes dos sindicatos, das associações, associações de mulheres, de jovens, de motoqueiros, de pescadores, de trabalhadores rurais, de Vereadores, Vereadores sérios que vieram chamar a atenção do Senador, dizendo: “Senador, vá para Brasília, mas defenda os nossos interesses, interesses legítimos, interesses históricos.”

O Governo do nosso Estado vem trabalhando na região, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional tem uma presença na mesorregião.

Então quero, neste final, agradecer, mais uma vez, a presença de gestores como a Socorro Marques, do Incri; o Estevão da Costa, da pesca; o Presidente do Idam; o Vice-Prefeito, Abel; os Vereadores Antônio Cândido, Raimundo Assis; lideranças como o Hermes e outras que participaram na construção dessa viagem; bem como todos os meus assessores que participaram. Viajar na Amazônia não é fácil, é um desafio. Viajamos de barco, foram noites, dias. A região é belíssima, mas precisa de políticas públicas sérias, precisamos de Prefeitos sérios.

Faço uma crítica e separo: o Prefeito da cidade de Fonte Boa que não vive na cidade; e o Prefeito de Jutá, que precisa respeitar os professores. Os outros

Prefeitos estão lá se esforçando, fazendo convênios, trabalhando. E tem de ser assim. E o meu mandato vai voltar lá para continuar ao lado das populações ribeirinhas, vai voltar lá para prestar conta das demandas.

Quero dizer ao povo de Solimões que estamos tomando as providências junto ao Governo Federal, junto ao Governador Eduardo Braga, para que possamos melhorar a qualidade de vida, as políticas públicas, a vida do povo ribeirinho da mesorregião do Alto Solimões do meu Estado.

Muito obrigado pelo tempo e pela paciência.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Em razão do tamanho da região e do discurso, parabeno V. Ex^a.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti, por 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Adelmir Santana, se não chegar mais ninguém, eu sou o penúltimo orador e V. Ex^a, o último. Ouvi todos os oradores e aparteei todos e não ouvi nenhum registro da data de hoje, que marca os 53 anos da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas.

Não pretendo criticar os que me antecederam...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mozarildo, agora mesmo estava lembrando desse episódio quando vi que hoje é dia 24 de agosto. Estava esperando o PT lembrar-se dessa data, já que o Presidente Lula, de vez em quando, faz algumas comparações com Getúlio Vargas. Eu acho, Senador João Pedro, que a omissão do Partido de V. Ex^a foi para que nós não lembrássemos o episódio da Olga Benário, tão parecido com esse que acontece hoje e que se deu exatamente no Governo de Getúlio Vargas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu até gostaria de que, no decorrer do meu pronunciamento, V. Ex^a pudesse fazer um aparte a respeito. Mas fez uma introdução, o que me honra muito.

Quero, Sr. Presidente, também conclamar os brasileiros que me ouvem hoje para acessar o *site* do Partido Trabalhista Brasileiro, onde constam um histórico da vida de Getúlio Vargas, toda a sua trajetória até chegar à Presidência da República, a sua deposição, depois a sua nova eleição. Eu vou ler alguns tópicos, porque a matéria é grande e eu não quero extrapolar o tempo.

Há exatos 53 anos, o Brasil se comoveu com a morte de um Presidente que governou o País por qua-

se 20 anos. Para muitos brasileiros, Getúlio Vargas foi muito mais que um governante, um estadista, ou um político. Getúlio para sempre será lembrado como o “Pai dos Humildes”.

Getúlio morreu no dia 24 de agosto de 1954, levado ao suicídio pelo desgaste da luta política.

Portanto, nesta data, o PTB relembra um pouco a história de um dos maiores líderes da política nacional, que foi advogado, Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministro da Fazenda, Presidente do Rio Grande do Sul – na época, os governadores tinham o título de presidente – e depois Presidente do Brasil.

Getúlio começou a trilhar o caminho da política em 1906, ao ser escolhido orador dos estudantes em homenagem ao Presidente Afonso Pena. Em 1907, ingressou efetivamente na política partidária republicana, juntamente com toda uma geração de estudantes gaúchos que se notabilizaria na política nacional. Neste momento, por suas características pessoais de dedicação à causa partidária e discernimento intelectual, o jovem Vargas passou a chamar a atenção de Borges de Medeiros, então à frente do Executivo gaúcho.

Em janeiro de 1908, recém-formado em Direito, ele é nomeado segundo Promotor Público da Comarca de Porto Alegre.

Alguns meses mais tarde, seu nome é incluído na lista dos candidatos do Partido Republicano Rio-grandense a Deputado Estadual. Em 1909, estreante na 6ª Legislatura e reeleito nas duas seguintes, Getúlio desenvolve um formidável aprendizado político.

Depois, eleito Deputado Federal, na Câmara dos Deputados, Getúlio teve a missão de promover o restabelecimento das boas relações políticas entre o Governo do Rio Grande do Sul e a Presidência da República, estremecidas pela campanha sucessória: Nilo Peçanha versus Artur Bernardes.

Reeleito Deputado Federal, em 1924, Vargas assumiu a Liderança da Bancada Republicana na Câmara Federal e, em 1926, foi empossado Ministro da Fazenda pelo então Presidente Washington Luís.

Sua gestão à frente daquela pasta resultou em um dos períodos de maior êxito da política econômico-financeira da chamada República Velha, quando Vargas tratou de implementar a reforma monetária aprovada pelo Congresso.

Em 1927, foi indicado para disputar a presidência do Rio Grande, tendo sido eleito no ano seguinte.

Apoiado pela Aliança Liberal, Getúlio foi candidato à Presidência da República, tendo sido derrotado nas eleições de 1930 pelo candidato da situação, Júlio Prestes, líder da Revolução de 1930, e, em seguida, ele destituiu Washington Luís, tornando-se Presidente da República.

Aqui é bom frisar que, àquela época, Senador Heráclito Fortes, as eleições eram, na verdade, um simulacro de eleições, como V. Ex^a está dizendo, a bico de pena, só votavam aqueles que tinham posse, as mulheres não votavam, enfim, era uma eleição realmente que não refletia a realidade. Por isso ocorreu a revolução chefiada por Getúlio Vargas, que depôs o Presidente Washington Luiz.

Uma das reivindicações básicas das oposições que apoiaram essa revolução era uma Assembléia Constituinte. Getúlio, entretanto, achava que outras prioridades existiam e não se preocupou em convocar logo essa Constituinte. Diante disso, em 1932, os paulistas responderam com a Revolução Constitucionalista, que, apesar de derrotada pelas forças do Governo Federal, atingiu seus objetivos, já que Getúlio, pressionado pelas circunstâncias, convocou eleições para a formação da Assembléia Constituinte, a qual, em 1934, indiretamente o elegeu Presidente da República.

O projeto de desenvolvimento de Getúlio Vargas buscava autonomia nacional em seu processo de modernização urbano-industrial, contrariando frontalmente as elites brasileiras de então, assim como os interesses internacionais, principalmente dos Estados Unidos da América.

Getúlio colocou sempre os objetivos nacionais acima de seus interesses particulares ou regionais. Derrotada a revolta de 1932, ele soube aproximar-se da elite paulista, que lhe fizera forte oposição, mas que estava interessada, em particular, nos projetos econômicos que o Presidente tinha para o País.

Antes de Vargas, a política nacional girava em torno das oligarquias rurais, que dominavam seus Estados com mão de ferro. As eleições eram calcadas na manipulação dos votos. Em 1930, a atividade política torna-se mais complexa com a incorporação de novas forças: os sindicatos de trabalhadores que surgiam, a classe média que se espalhava pelas cidades e a burguesia empresarial que crescia rapidamente.

Coerentemente, Vargas compreendia a necessidade de se estimular a organização dos trabalhadores em torno de seus sindicatos, ainda que, seguindo uma tendência da época, fortemente atrelados ao Poder Público. Getúlio construiu uma legislação federal sólida, clara, marcante e definitiva, que beneficiou ampla e fundamentalmente a classe trabalhadora. Nessa mesma perspectiva, foi o criador do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro – do qual tenho a honra de participar como 2º Vice-Presidente Nacional e como Presidente Regional do meu Estado –, cuja trajetória não encontra paralelo na História brasileira nas décadas que se seguem até o início da redemocratização, em 1945.

Na área da economia, sua herança foi marcante. A Petrobras surgiu com Vargas. Segundo historiadores, a empresa só nasceu como estatal e monopolista por força dos maiores opositores de Getúlio, os políticos da UDN. Consta que o ex-Presidente não queria que o petróleo fosse explorado por uma estatal, nem que a empresa tivesse o monopólio de extração e refino do petróleo, mas o importante é que Getúlio trabalhou incessantemente na campanha "O Petróleo é Nosso".

É preciso destacar, ainda, a criação da Companhia Vale do Rio Doce, empresa surgida em 1942 com a missão de fornecer minério para a Companhia Siderúrgica Nacional, que entrou em operação em Volta Redonda, em 1946.

Em artigo recente na revista *Exame*, o ex-Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega afirma que "Getúlio Vargas foi um líder populista, mas não praticou o populismo econômico". Segundo Maílson, o populismo econômico consiste em prometer desenvolvimento e redistribuição de renda para conquistar popularidade e votos.

Getúlio, deposto em 1945, acabou sendo eleito Presidente pelo voto direto, em 1950, depois de já ter instituído o voto das mulheres e ter tornado realmente universal o voto no Brasil. Sua posse foi alicerçada numa improvável aliança de partidos, que reunia o PSB, ligado ao empresariado do meio rural, e, paradoxalmente, o Partido Trabalhista Brasil, PTB, com base nos sindicatos. A partir daí, Vargas teve de enfrentar muitas resistências para implantar seu projeto de modernização nacional, pois foram imensas as campanhas e manobras de seus opositores.

Diante das posições assumidas por seus adversários, teve início uma crise que culminou com o crime da Rua Toneleros, onde veio a falecer o major Rubens Vaz. Esse fato fez crescer ainda mais a reação contra Vargas e os oficiais generais exigiram o seu afastamento. Getúlio ainda tentou uma reunião especial do Ministério na madrugada de 23 para 24 de agosto, porém chegou a notícia de que os oficiais mostravam-se irredutíveis e exigiam a sua renúncia. Incapaz de controlar a situação, Getúlio suicidou-se em 24 de agosto de 1954.

O tiro que desferiu em seu coração veio acompanhado de uma carta-testamento que se transformaria num dos mais conhecidos documentos históricos brasileiros. Nela, Vargas faz uma declaração nacionalista e de amor ao povo.

Faço questão, Sr. Presidente, de lê-la neste momento:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam,

insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e, principalmente, os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano [observem que Vargas disse isso em 1954]. Nas declarações de valores do que importávamos, existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender o seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e por vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e

meu nome será vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna.

Mas esse povo de quem fui escravo não mais será mais escravo de ninguém.

Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do meu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Sr. Presidente, esta a Carta-Testamento que Getúlio Vargas deixou e que tem de ser lembrada e reavivada, porque ainda são muito atuais as causas pelas quais ele foi levado ao suicídio: o grande interesse econômico internacional, algumas oligarquias financeiras nacionais, que também não se apiedam do povo brasileiro, não se sentem tocadas pela pobreza, pela miséria.

Quero aqui fazer um apelo ao povo brasileiro: que, numa homenagem a Getúlio Vargas, filie-se ao PTB! Vamos fazer deste Partido, de novo, um grande Partido! Realmente um Partido dos Trabalhadores Brasileiros, dentro da filosofia de Getúlio Vargas. Quero dizer, principalmente a meu povo de Roraima, que de 1º a 14 de setembro, estaremos empenhados em fazer uma grande campanha de filiação ao Partido, já que 14 é o número do PTB.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Heráclito Fortes, Adelmir Santana e João Pedro, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de congratular-me com o Senador Mozarildo Cavalcanti, que tão bem reverenciou a memória deste importante

brasileiro, Getúlio Vargas. Nesta data não digo que se comemora, mas que se registra mais um ano de seu passamento, ocorrido de forma tão dramática, tendo deixado registradas as razões que o levaram ao suicídio quando no exercício da Presidência da República.

O Partido Trabalhista Brasileiro merece, de nossa parte, toda a atenção, todo o respeito. Por isso, seguirei o exemplo do Senador Mozarildo Cavalcanti para dizer a S. Ex^a que ainda hoje entraremos no *site* do Partido para nos inteirar do posicionamento partidário em reverência à figura do seu fundador, que tão bem dirigiu os destinos deste País nos idos de 1953/54, ocasião do falecimento do Presidente Getúlio Vargas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Adelmir Santana, em meu pronunciamento, deixei de convidar os Senadores e todo o povo brasileiro para assistirem à sessão de homenagem a Getúlio Vargas que será realizada quarta-feira, dia 29, aqui no Senado. Mais de 70 Sr^{as} e Srs. Senadores – praticamente a unanimidade – aprovaram a realização dessa sessão. Portanto, convido os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado a assistirem, quarta-feira, dia 29, a partir das 14 horas, a essa sessão de homenagem.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, Senador João Pedro, o que me traz à tribuna nesta manhã é um assunto inteiramente divergente do que se discute na pauta política dos dias atuais. Farei referência à pirataria.

Quinta-feira, tive a oportunidade de receber, como representante da Federação do Comércio do Distrito Federal, como Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae e como Senador da República, a visita de empresários ligados ao comércio das videolocadoras do Distrito Federal. Senti, durante o encontro, o desespero dos empresários com o que vem ocorrendo nesse segmento no tocante à pirataria.

Mais de 100 empresas fecharam suas portas nos últimos anos no Distrito Federal em razão dessa prática ilegal que se verifica não apenas em Brasília, mas em todo o Brasil e pelo mundo afora. Aliás, o tema é objeto de discussão também no Congresso Americano e na Organização Mundial da Saúde. A pirataria não se restringe apenas à questão de filmes ou de equipamentos eletrônicos; ela se estende pelo mundo em todos os segmentos econômicos: desde a produção de filmes, a produção intelectual, gráfica, cinematográfica até os medicamentos.

A pirataria é inaceitável. É necessário que todos estejamos focados nessa questão.

Recentemente, assisti a uma matéria relativa às escolas do Estado do Rio Grande do Sul, região em que se desenvolve um programa na área educacional destinado a crianças na pequena infância – da pré-escola ao Ensino Fundamental –, em que se esclarecia as crianças sobre os malefícios da pirataria. Após os esclarecimentos, as crianças afirmam: “Vou recomendar a meu pai que nunca mais compre um filme pirata”.

Então, Sr. Presidente, no decorrer do encontro que tive com os empresários do Distrito Federal, senti o desespero deles em seus depoimentos. São pequenas empresas que, ontem, tinham até 30 empregados e que, hoje, resumem-se ao trabalho familiar: marido, mulher e filhos.

Naturalmente, percebemos a evolução da tecnologia, portanto, necessariamente, tais empresas têm de buscar novos atrativos, novos serviços a serem prestados a seus consumidores. Entretanto, a questão da pirataria trazida por esse segmento despertou-nos a preocupação também observada em todas as cidades brasileiras.

Quero, aqui, inclusive fazer uma vinculação às recentes decisões tomadas no Congresso com relação à facilitação para a geração de empresas e à regularização dos negócios, quando da aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Na oportunidade, criou-se um ambiente que facilitará a inclusão daqueles que querem, efetivamente, ser legais, tendo em vista a diminuição das questões burocráticas, a sensível redução da carga tributária e maiores facilidades para a incorporação daqueles que desejam participar do progresso e da legalidade do País, vinculando-se a esta lei, que facilita a normatização e a regularização de empresas no País.

Entretanto, é sabido que a pirataria, que ocorre, como disse, em todos os segmentos da economia, tem, por trás de si, aspectos que não são possíveis detectar à primeira vista. O Congresso não tem ficado à margem dessa questão.

Vivenciamos, na Câmara dos Deputados, recentemente, a realização da CPI da Pirataria, presidida pelo ex-Deputado, hoje Secretário do Ministério do Trabalho, companheiro de V. Ex^a no passado, Luiz Antônio Medeiros, líder sindical que travou uma luta feroz contra a pirataria, o que lhe redundou em risco de morte, em riscos para a sua família, o que foi de conhecimento de todos nós. Não é por essas questões que vamos nos inibir em abordar o tema. É preciso que o Senado da República esteja também preocupado com a pirataria.

Sr. Presidente, citei a legislação recém-aprovada – a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – para chamar a atenção da população para a necessidade de sua participação nesse processo. Citei como exemplo o que ocorre hoje nas escolas do Rio Grande do Sul. Seria interessante que todos os Estados brasileiros, não apenas com relação a esse assunto, incluíssem em seus conteúdos programáticos matérias que despertassem nos jovens o interesse pela legalidade. Esse é apenas um aspecto para o qual chamamos a atenção nesta manhã, pois a pirataria prejudica, sob todos os ângulos, o comércio legalmente estabelecido, o Estado brasileiro, que deixa de arrecadar, e cria uma cultura permissiva que não pode ser tolerada por nós do Parlamento. Deve ser despertada nos jovens a intolerância em relação ao crescimento desse mal que aflige a todos nós.

O sofrimento dos pequenos empresários de Brasília certamente significa o sofrimento de todos os pequenos empresários brasileiros, que não têm força suficiente para enfrentar a questão.

A legislação existe, o Código Penal existe. Há penalidades para a prática dessa ilegalidade. Entretanto, sob o manto da permissividade, do argumento de que essas pessoas estão envolvidas em seu ganha-pão, em sua subsistência, vemos que existe a permissão de todos os Poderes com relação a essa prática tão comum em todas as ruas do País.

É preciso mensurar que a prática dessa ilegalidade leva muitas empresas à falência, o que significa a redução de empregos formais, a redução de contribuições para a manutenção do Estado brasileiro e, sobremaneira, a formação às avessas da cultura do povo brasileiro.

É comum vermos, nas esquinas e nas praças, nos restaurantes e nas portas de bancos e de cinemas, a prática da pirataria: de marcas, de filmes, de roupas, de remédios; enfim, de todas as atividades econômicas. Mas nós não podemos nos conformar com isso, porque isso significa a apropriação de marcas, a apropriação de trabalho intelectual, a apropriação dos direitos daqueles que são os responsáveis pela produção desses equipamentos.

Por trás disso tudo, Sr. Presidente, certamente, encontram-se outros interesses nocivos aos interesses do País. Temos, portanto, que estar atentos, debater essas questões e não ver essa prática como sendo algo normal, possível de ser praticada diante de todos nós.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, falo de assuntos que ocorrem na nossa frente, na capital do País. O encontro de ontem me chamou a atenção por se tratar apenas de um segmento e despertou-me a verificar o

que ocorre em outros segmentos. É do conhecimento de todos nós que essa é uma prática que ocorre, como eu disse, em todos os segmentos da economia brasileira. E isso tem implicações seriíssimas. Talvez este seja um dos fatores responsáveis pela enorme carga tributária que incide sobre aqueles que estão formalmente estabelecidos. A cada dia, diminui mais o número de empresas legalmente registradas porque campeia a prática da ilegalidade no País. A ilegalidade é praticada não apenas nesse segmento, como mencionei, mas em todas as atividades econômicas.

Certamente, o Estado brasileiro – Municípios, Estados e União – tem as suas necessidades e busca, por intermédio da carga tributária, supri-las. Agora, por exemplo, quando se discute a prorrogação da CPMF, vimos que é impossível, segundo o Governo e as autoridades governamentais, não aprovar a sua continuidade, embora todos nós desejássemos que essa contribuição, que foi provisória e tende a ser permanente, fosse extirpada da carga tributária brasileira. E por que não o fazemos? Porque, a cada dia, sentimos que a base de contribuição é pequena e cada vez mais o Estado precisa de mais recursos para suprir suas obrigações com a população.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Adelmir Santana?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Permita-me participar das reflexões oportunas e sérias que V. Ex^a traz a esta Casa na manhã de hoje. Estou seguro de que quando alguém comenta, sobretudo aqui, que é o fórum adequado para a discussão dos grandes, médios e pequenos temas nacionais, em imposto e na possibilidade de aumentar-se a carga tributária, tenho certeza de que corre um frio pela espinha do empresário nacional. Com relação à CPMF, V. Ex^a tem razão, assusta, apesar das peculiaridades desse imposto. Se, de um lado, é um imposto justo, porque...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Atinje a todos.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – ... dele todos têm de participar, o pobre, o médio e o rico, mas há a parte perversa, porque é também um imposto em cascata, pega a produção em suas diversas etapas, acumula imposto sobre imposto, onera a produção, dificulta a vida do mais pobre. E, sobretudo, no índice que estamos aplicando, uma contribuição que se propunha provisória e que está-se perpetuando. É claro que a necessidade de o Estado brasileiro de manter o equilíbrio de suas finanças, de providenciar recursos para o desenvolvimento de ações que atendam às demandas da sociedade está a exigir a permanência da

CPMF, mas é preciso que se encontrem mecanismos que promovam a redução de seus gastos, como forma primária e inicial de permitir a redução da brutal carga tributária. Senador Adelmir Santana, nós que temos a responsabilidade de, nesta Casa, definir sobre a prorrogação da CPMF, ficamos entre a cruz e a espada. Vamos autorizar a prorrogação a fim de que o Governo tenha condições de atender às demandas da população, mas preocupados com o sofrimento que as implicações desse imposto traz para a produção brasileira e, conseqüentemente, para o consumidor brasileiro. Que bom seria se esse imposto, que tem a vantagem fiscalizatória, fosse hoje de uma alíquota quase nula, só para permitir, basicamente, ao Governo que aferisse a movimentação efetiva financeira no Estado. Mas essa contribuição hoje mexe fundo no bolso do contribuinte. Quem sabe houvesse uma proposta apresentada pelo Governo que conciliasse os interesses da sociedade, que participa com sua contribuição, no sentido da prorrogação da CPMF, mas estabelecendo uma redução gradual a curto e médio prazo para mitigar as injustiças que mais esse imposto impõe à população! V. Ex^a tem razão também, quando aborda as questões da informalidade, que continua aumentando, pois ainda não conseguimos os mecanismos suficientes e necessários, se não para extirpá-la, mas para reduzi-la a níveis aceitáveis em qualquer conjuntura econômica. Que tivéssemos um combate mais efetivo à pirataria. Quando andamos pelas ruas da Capital Federal, esbarramo-nos, continuamente, com inúmeros produtos que são oferecidos por pessoas que não estão dentro da legalização, da estrutura empresarial exigida, que têm o ônus de contribuir efetivamente para com os gastos da sociedade. Elas estão ali, colocando um produto de qualidade inferior por um custo muito mais baixo, comprometendo o empresariado legalmente instituído e estabelecido. É preciso que adotemos mecanismos mais rigorosos, para podermos coibir essa prática ilegal e diminuir a pesada carga tributária sobre a produção e sobre a população brasileira. Cumprimento V. Ex^a pelas reflexões inteligentes, oportunas e apropriadas, que traz à Casa.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Queria referir-me às suas palavras, quando falou da perversidade desse tipo de tributo, que é uma contribuição, mas que incide em várias fases de determinados produtos. Quanto maior for a cadeia de produção de determinado produto, maior a sua incidência.

Mas perverso também, Sr^{as} e Srs. Senadores, é todo o sistema tributário brasileiro, a situação dos impostos indiretos. Isso, porque quem mais sofre com esse tipo de contribuição, com esse tipo de tributo são

as populações mais pobres, que muitas vezes acham que não são contribuintes, porque esse não é um imposto cobrado à vista, mas que está embutido.

Discute-se aqui a reforma tributária há mais de dez ou doze anos. Ela não avança, porque envolve a questão dos entes federativos, de prejudicar esse ou aquele. É preciso que ela chegue a esta Casa.

E, no momento em que se discute a CPMF, talvez fosse a oportunidade de efetivamente fazermos uma reforma tributária para valer, para alargar a base dos contribuintes, para diminuir a incidência de impostos, sem, naturalmente, diminuir a arrecadação do Estado brasileiro.

Portanto, perversa é a CPMF; perversas são outras contribuições que incidem sobre os mais pobres, que, proporcionalmente, acabam contribuindo muitas vezes mais do que os mais ricos.

Costumo sempre citar o exemplo de um setor a que estou muito afeto: o de medicamentos. É um absurdo um pobre comprar um vermífugo ou um remédio para tosse e neles estar embutida uma carga tributária acima de 36%. Na verdade, se entrasse na farmácia berrando, poderia comprar esse mesmo produto com incidência muito menor de tributos. Talvez, o setor agropastoril, do agronegócio, tenha maior força política e por isso consegue a redução da carga tributária nos produtos que incidem no setor produtivo agrícola nacional. Não estou aqui dizendo que devem ser mais tributados: apenas estou fazendo uma referência.

Mas o que me trouxe esta manhã à tribuna foi essa reunião com o setor, pequeno no Distrito Federal, vinculado à área de videolocadoras, que me despertou, que me chamou a atenção para a questão da pirataria, que envolve, como muito bem apresentado pelo Senador Leomar Quintanilha, não só esse, mas todos os setores da economia nacional.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Adelmir Santana, V. Ex^a é um *expert* nessa área de tributos, de economia, de finanças, como um grande empresário que é. Estamos preparando-nos, no Senado, para proximamente discutir a CPMF, e já se anuncia que, logo em seguida, o Governo vai enviar ao Congresso a Reforma Tributária, para tratar mais amplamente da questão dos tributos no País. Mas quero apegar-me à CPMF, sem nenhuma decisão já tomada. Não tenho, ainda, decisão tomada sobre se vou votar desta ou daquela maneira quanto à CPMF. Como médico, quero auscultar, para fazer um diagnóstico que me leve...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Para fazer uma anamnese.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Exatamente. Para poder chegar à conclusão de como vou votar. Mas, como médico, a princípio, estou muito incomodado com a CPMF. O que estamos vendo? Os médicos entrando em greve em vários lugares, os hospitais sucateados... E essa CPMF era para a saúde. Votamos nela, para que fosse para a saúde, mas para onde ela menos vai é para saúde. Assim como, por exemplo, os juízes pagam o pato de a Justiça ser lenta, porque o Judiciário está mal aparelhado e porque a legislação permite aos advogados “n” recursos, no caso da saúde, pagam o pato os médicos e os profissionais da saúde pelo mau atendimento. Mas a Constituição diz que é dever do Estado garantir a saúde a todos os cidadãos. O Estado é o patrão dos médicos que estão em greve, e os médicos, como sempre o Senador Mão Santa repete aqui, recebem alguma coisa em torno de R\$2,00 ou R\$5,00 por uma consulta médica. Um procedimento complexo não chega a R\$150,00. O médico é um profissional que tem família, que precisa estudar, que precisa atualizar-se. Não pode haver, portanto, aquela idéia de que o médico é um sacerdote, que tem de trabalhar de graça ou ser mal remunerado, e pior, em hospitais mal equipados, em que, muitas vezes, mesmo com atendimento médico, o paciente morre. Então, temos que estar atentos a esses tributos que são depois desvirtuados nas suas finalidades.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Aproveitando o aparte de V. Ex^a, quero dizer que, na semana passada, fizemos um pronunciamento sobre essa questão da saúde. Acho oportuno que se regulamente a Emenda nº 29, que se obrigue os Estados e os Municípios a arcarem com suas responsabilidades. Não vou ater-me a essas questões, porque já foram objeto de colocações nossas nesta Casa, no passado.

Concluo que o nosso Distrito Federal hoje é uma verdadeira invasão de pirataria. Mas tenho confiança no Governador José Roberto Arruda, que busca formar um governo dentro da legalidade. Ainda na semana anterior, vimos o trabalho que S. Ex^a executou na Ceilândia, limpando as praças e ruas de comércios ilegais. Mas esse é um trabalho hercúleo, que vai levar muito tempo.

Quero externar aqui a confiança na ação do Governo local, que busca efetivamente exercer seu mandato dentro do princípio da legalidade. Faz isso na questão imobiliária; faz isso quando procurar desafogar as ruas da Capital e das cidades satélites de comércios ilegais; e faz isso quando busca realmente formar um governo legal, um governo voltado para a legalidade, para que nós, de Brasília, tenhamos orgulho de morar na capital do País e para que Brasília efetivamente signifique uma direção para os outros Estados brasileiros também praticarem a legalidade.

Também na área da pirataria, estamos ansiosos em ver uma ação mais efetiva no cumprimento das leis existentes, que estão aí e fazem parte do arcabouço legal do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– V. Ex^a tem o tempo que desejar, Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Já concluí. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve, exatamente porque o assunto que me traz à tribuna, nesta manhã, não me causa satisfação, conforto ou alegria. Falarei do sofrimento de uma parcela considerável de homens e mulheres corajosos de meu Estado que estão enfrentando as agruras e a perversidade de uma seca que assola a região.

Tenho a honra de presidir no Senado a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Ali, por diversas vezes, nós, Senadores membros daquela Comissão, em audiência pública, ouvimos cientistas e técnicos de outras regiões comentarem o relatório expendido pela ONU a respeito da alteração climática do planeta. Alertava aquele relatório que as consequências para a população do planeta seriam danosas, perversas, cruéis.

Represento um Estado novo, Sr. Presidente, de apenas 18 anos, que fica ao norte do Estado de Goiás e que, ao longo da sua história, experimentou uma verdadeira via-crúcis de sofrimento. A população da região sudeste do Tocantins, antes norte de Goiás, sofria, primeiro, pelo estado de abandono que experimentava, pela ausência de governo e de poder, pela inexistência de infra-estrutura, de estradas, de comunicação, de atendimento às demandas básicas de educação e de saúde. Por isso, aquela população já sofria muito.

A população do sudeste do Tocantins comemorou, com muita alegria, a criação do novo Estado, a conquista da autonomia, a oportunidade de ter os direitos que tem qualquer cidadão brasileiro, de usufruir dos recursos que os avanços da Ciência e da Tecnologia têm a oferecer a qualquer cidadão. E começaram a experimentar e a conhecer obras de infra-estrutura que viriam mitigar seu sofrimento, como a pavimentação de estradas, tirando do isolamento populações inteiras, pequenas povoações, do interior também,

e como o abastecimento de energia elétrica. Esse é um sonho, que, para aqueles que vivem nas cidades grandes há muito tempo, trata-se apenas de um insumo mezinho de uso diuturno, com o qual estamos perfeitamente acostumados; só percebemos sua importância quando a energia falta.

Imaginem, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, a alegria daquelas pessoas com 40, 50, 60 anos, que experimentaram a transposição de gerações após gerações sem o direito de usar este insumo mezinho para o resto do País, que é o abastecimento de energia elétrica! Ficaram felizes com a energia elétrica, ficaram felizes com o abastecimento de água tratada, ficaram felizes com o atendimento as suas demandas básicas, de educação dos seus filhos e de saúde.

No entanto, com essa questão, talvez resultante da mudança climática que o planeta está experimentando, na região, que tem suas peculiaridades e que enfrenta algumas dificuldades devidas à precipitação pluviométrica abaixo da média nacional, com cursos d'água temporários e com estiagem prolongada, as populações – tanto os que moram na cidade, como os que moram no interior – estão passando, agora, uma situação de muito sofrimento, Sr. Presidente.

Alguns Prefeitos até declararam estado de emergência e estão recorrendo à Defesa Civil, não só do Estado, mas do próprio País, para socorrer as populações que estão carentes de água até para o consumo próprio. Já está faltando água para beber, para a higiene pessoal, para o preparo da alimentação. E as atividades econômicas de uma região pobre e historicamente centrada na atividade primária – na agricultura e na pecuária – já sofrem as consequências dessa estiagem. As lavouras de subsistência que ali são tocadas estão perecendo. Conseqüentemente, vai faltar alimento, virá a fome, bem como a necessidade de suprimento externo para mitigar a fome de homens, de mulheres e de nossas crianças que vivem no sudeste do Tocantins, Sr. Presidente.

O gado bovino e o ovino sofrem também as consequências danosas da seca, e muitos pequenos proprietários já estão perdendo parcela considerável de seu rebanho, que, depois de caminhar léguas e léguas de distancia, à busca de água para beber, encontrando cacimbas vazias, riachos secos, sem recursos, acaba por perecer.

São Municípios importantes do Estado, como Arraias, Paranã, Dianópolis, Conceição, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga, Taipas, Silvanópolis, Almas, Novo Jardim, entre outros – não são poucos os Municípios –, que congregam parcela da população brasileira, que estão a reclamar providências urgentes da

Defesa Civil do Estado e da própria União, para que não tenham o sofrimento aumentado, nem o prejuízo acrescido, Sr. Presidente.

Era esse o alerta que gostaria de fazer na manhã de hoje, nesta sessão do Senado. A mobilização que já está sendo desenvolvida pelo Governo do Estado também deve ser acompanhada pela Defesa Civil do Governo Federal, para proteger moradores brasileiros dos diversos Municípios aqui citados, principalmente os do Estado do Tocantins, para que o sofrimento não aumente, para que o prejuízo não aumente, para que as pessoas possam ter a solidariedade de todos nós neste momento de dificuldade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2007** (nº 2.317/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Campo Belo – MG, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2007** (nº 2.398/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sara Nossa Terra, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2007** (nº 2.396/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alto Bandeirante – ACABAN, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaumirim, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2007** (nº 2.412/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal, Estado do Piauí;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2007** (nº 2.465/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Novo Amanhecer FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Meriti, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2007** (nº 2.505/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Redentorista de Comunicações Sociais, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2007** (nº 2.519/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura de Maringá Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2007** (nº 2.520/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Virmond, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virmond, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2007** (nº 2.522/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Brotas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brotas, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2007** (nº 2.383/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Goiânia S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2007** (nº 2.414/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário de Santa Maria, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2007** (nº 2.416/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Incentivo à Cultura, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irati, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2007** (nº 2.418/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Catanduvense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2007** (nº 2.432/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em fre-

- quência modulada na cidade de Acaraú, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2007** (nº 2.438/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular Pontanense Asscop, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2007** (nº 2.455/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cultural de Torres, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2007** (nº 2.456/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Doutor Maurício Cardoso, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Maurício Cardoso, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2007** (nº 2.463/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Altinho FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinho, Estado de Pernambuco;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2007** (nº 2.470/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sinco – Sistema Nacional de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2007** (nº 2.492/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural José Galdino de Andrade São João do Rio do Peixe – Paraíba, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2007** (nº 2.499/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Brasil Ecoar, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2007** (nº 2.111/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Plácido de Castro, Estado do Acre;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2007** (nº 2.498/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tanque d’Arca, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque d’Arca, Estado de Alagoas;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2007** (nº 2.509/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de São Francisco, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2007** (nº 1.710/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Alagoas Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2007** (nº 2.399/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Atual Sistema de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2007** (nº 2.401/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASCOBI – Associação Comunitária e Beneficente Amigos de Itabela – BA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia; e
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2007** (nº 2.431/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio São José do Patrocínio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amaral Ferrador, Estado do Rio Grande do Sul.
- Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.
- Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
- O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O Senhor Presidente da República adotou, em 22 de agosto de 2007, e publicou no dia 23 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 385, de 2007**,

que “Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural, enquadrado como contribuinte individual, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

PMDB

Valdir Raupp	Gilvam Borges
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto de Conto

DEM

José Agripino	Raimundo Colombo
Kátia Abreu	Edison Lobão
Jayme Campos	Romeu Tuma

PSDB

Arthur Virgílio	Cícero Lucena
Sérgio Guerra	Marisa Serrano

PT

Ideli Salvatti	Fátima Cleide
Eduardo Suplicy	Flávio Arns

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Jefferson Péres	Osmar Dias
-----------------	------------

*PCdoB

Inácio Arruda

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Deputados

Titulares

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves
Luiz Sérgio
Mário Negromonte
Luciano Castro
Jovair Arantes
Hugo Leal

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

Fernando Coruja	Arnaldo Jardim
-----------------	----------------

Suplentes

Antonio Carlos Pannunzio	Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	Carlos Brandão
Onyx Lorenzoni	Antonio Carlos Magalhães Neto

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Paulo Pereira da Silva	Miro Teixeira
Márcio França	Abelardo Camarinha

*PV

Marcelo Ortiz	Ciro Pedrosa
---------------	--------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 23-8-2007**
- Designação da Comissão: **24-8-2007 (SF)**
- Instalação da Comissão: **27-8-2007**
- Emendas: **até 29-8-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **23-8-2007 a 5-9-2007**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **5-9-2007**
- Prazo na CD: **de 6-9-2007 a 19-9-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **19-9-2007**
- Prazo no SF: **de 20-9-2007 a 3-10-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **3-10-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 4-10-2007 a 6-10-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **7-10-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **21-10-2007** (60 dias)

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 501, DE 2007

Altera o Título IV da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 com a redação dada pelas Leis nºs 6.216, de 30 de junho de 1975 e 10.267, de 28 de agosto de 2001 e a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 que dispõem sobre os registros públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pelas Leis nºs 6.216, de 30 de junho de 1975 e 10.267, de 28 de Agosto de 2001, os seguintes artigos:

Art. 167-A. O registro do imóvel somente poderá ser realizado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca ou circunscrição onde

o mesmo esteja localizado, sendo vedado o registro de imóvel não pertencente à comarca ou circunscrição abrangida pelo Cartório de Registro de Imóveis pretendido, salvo o disposto no inciso II, do art. 169;

Art. 2º O art. 8º, da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 8º

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no artigo 167, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pelas Leis nºs 6.216, de 30 de junho de 1975 e 10.267, de 28 de agosto de 2001.

Art. 3º Os Cartórios de Registro de Imóveis que mantiverem em seus livros imóveis em situação que contrarie o disposto no artigo 167-A incluído por esta lei terão prazo de 240 meses, a partir da publicação desta para regularizar a situação frente aos registros que se encontrem em situação irregular.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no **caput**, os Cartórios de Registro de Imóveis que mantiverem registros irregulares estarão sujeitos a multa análoga à prevista no § 4º do art. 246, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pelas Leis nºs 6.216, de 30 de junho de 1975 e 10.267, de 28 de agosto de 2001.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das lacunas que enleiam nossa ordem jurídica vem a ser a ausência de delimitação territorial atinente ao registro de imóveis, que se processa perante os Cartórios de Registro de Imóveis, na forma da Lei nº 6.015, de 1973, e suas alterações.

A conseqüência de tal vazio legal reside em que, ao registrar determinado imóvel, o seu pretendo proprietário não está obrigado a fazê-lo no cartório da comarca ou circunscrição onde o mesmo se localiza. Assim, por exemplo, determinado imóvel localizado em Boa Vista, pode hoje ser registrado em qualquer unidade da Federação, por exemplo, no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre, o que implica em verdadeira balbúrdia, impossibilitando ou em muito dificultando qualquer tipo de controle que se pretenda exercer sobre estas propriedades, em verdadeiro confronto com dois importantes princípios de direito registral: a publicidade e a segurança jurídica.

Para enfrentar o problema, sugere-se alteração da correlata legislação, proibindo que os imóveis sejam registrados fora da comarca ou circunscrição onde se

localizam, desse modo permitindo um maior controle sobre os mesmos, impedindo uma prática muito usual dos grileiros de terras públicas, que seja o registro destas fora da circunscrição ou comarca onde se localizam, não por desobediência da lei, mas por ausência desta proibição expressa em norma jurídica.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o conhecimento é a ferramenta mais importante para que os trabalhadores possam enfrentar as dificuldades existentes na ordem econômica globalizada em que vivemos.

A intensa concorrência por postos de trabalho que exigem cada vez mais qualificação demonstra claramente a necessidade de mais educação, mais treinamento e mais atualização dos trabalhadores.

Todos nós conhecemos as enormes dificuldades por que passam nossos trabalhadores num mundo econômico sofisticado e cada vez mais dominado por alta tecnologia.

A baixa escolaridade da maioria dos nossos trabalhadores representa uma barreira e até um fator impeditivo do ingresso no mercado de trabalho, mesmo em atividades aparentemente simples.

Para contribuir para a solução desse grave problema da baixa escolaridade dos nossos trabalhadores, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), já preparou mais de 40 milhões de pessoas para atividades profissionais ligadas às áreas do comércio e serviços, ao longo de mais de 60 anos de atuação.

Educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo é a missão do Senac, que atua em mais de 2.500 municípios e contribui, decisivamente, para a inclusão social de milhões de brasileiros, que são valorizados por suas habilitações profissionais e por suas capacidades pessoais, aprimorando-se ainda como cidadãos.

No ano de 2005, o Senac prestou 1.962.930 atendimentos, em 2.654 municípios, com 454 unida-

des operativas, envolvendo 19.868 docentes e 189.759 atendimentos gratuitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de ressaltar um aspecto muito importante da atuação do Senac: a Excelência em Saúde.

Não há dúvida de que ao investir na promoção da saúde, o Senac está contribuindo não apenas para formar profissionais qualificados, mas também para elevar a qualidade de vida e as condições sociais das comunidades onde atua.

Biodiagnóstico, enfermagem, estética, farmácia, hemoterapia, nutrição e dietética, radiologia, reabilitação, saúde bucal, segurança do trabalho e saúde visual são apenas algumas das áreas de atuação do Senac, com centenas de cursos oferecidos à comunidade.

A infra-estrutura dedicada ao ensino e treinamento montada pelo Senac compreende mais de 300 unidades de ensino fixas, 15 carretas-escola e uma unidade fluvial (balsa-escola). Essas unidades móveis, aliás, dispõem dos mesmos equipamentos e da mesma qualidade de ensino das unidades existentes nos centros urbanos.

O ambiente pedagógico desenvolvido pelo Senac procura formar profissionais com um perfil socialmente responsável, com formação ética, iniciativa e capacidade de contribuir para a promoção, recuperação, reabilitação da saúde e na prevenção de enfermidades.

A qualidade da educação em Saúde é garantida por fortes investimentos em tecnologia e equipamentos de última geração e com métodos pedagógicos que reproduzem e simulam as situações reais de trabalho.

Os profissionais contratados pelo Senac são selecionados segundo critérios rigorosos, recebem treinamento pedagógico e atualização em novas técnicas e passam por avaliação permanente.

Para bem cumprir essa sua missão de alta relevância no campo da Saúde, o Senac procura somar es-

forços com outras instituições e entidades para melhorar a qualidade da formação dos recursos humanos.

A parceria com o Ministério da Saúde no Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem (Profae) representa uma alternativa muito promissora para a expansão da educação profissional em saúde, que objetiva qualificar 128.000 atendentes de enfermagem.

O trabalho de seis décadas de atuação na formação de profissionais dá ao Senac um importante acúmulo de conhecimentos e experiências que merece o reconhecimento de todos os setores da sociedade.

O Senac também contribui para uma maior participação da sociedade civil em atividades relevantes de utilidade pública, sem sobrecarregar as atividades de entidades governamentais, o que também significa cidadania e responsabilidade social.

Encerro este pronunciamento congratulando-me com todos os dirigentes, servidores, colaboradores e treinandos do Senac, ressaltando o trabalho meritório que tem sido realizado, destacando o nível de excelência conferido à área de Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, fazendo uma saudação à Taquigrafia e à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 9 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 383, DE 2007, PUBLICADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2007, QUE "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Defesa, da Integração Nacional, das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.253.983.299,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e noventa e nove reais), para os fins que especifica."

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
João Ribeiro	010 e 011
Lucenira Pimentel	06 a 09
Milton Monti	01 e 02
Odair Cunha	012
Sandro Mabel	03 a 05

Índice de Emendas MPV 383/2007 - EMENDA

Total por Parlamentar

JOÃO RIBEIRO	00010 e 00011	2
LUCENIRA PIMENTEL	00006 a 00009	4
MILTON MONTI	00001 e 00002	2
ODAIR CUNHA	00012	1
SANDRO MABEL	00003 a 00005	3

Total de Emendas: 12

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00001

MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 383/2007	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	---------------------------

TEXTO

Acrescente-se a seguinte programação à MP 383/07:

17.512.0122.006F.xxxx – APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MUNICÍPIOS DE REGIÕES METROPOLITANAS, DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES – NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Órgão: 56000

Unidade: 56101

Valor: R\$ 8.000.000,00

GND: 4 MOD.: 40 Fonte: 300

CANCELAR:

Órgão: 56000

Unidade: 56101

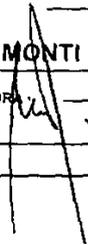
Funcional: 17.512.0122.006F.0145 – Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em RM e RIDE, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 habitantes – no estado do Rio Grande do Sul

Valor: R\$ 8.000.000,00

GND 4 MOD.: 30 Fonte: 300

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir rubrica orçamentária ao Estado de São Paulo no tocante ao sistema de esgotamento sanitário. Tal iniciativa beneficiará os municípios de São Paulo, em especial, ATIBAIA que necessita de urgente investimento para melhoria no sistema de coleta e tratamento de esgotos no município.

CÓDIGO 3614	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PR
DATA 11	ASSINATURA 		

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00002

MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 383/2007	01
---------------------	--	-----------

TEXTO

Acrescente-se a seguinte programação à MP 383/07:
17.512.0122.006E.xxxx – APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSÓRCIOS P
REGIÕES METROPOLITANAS, DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECO
COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES – NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Órgão: 56000

Unidade: 56101

Valor: R\$ 12.000.000,00

GND: 4 MOD.: 40 Fonte: 300

CANCELAR:

Órgão: 56000

Unidade: 56101

Funcional: 17.512.0122.006E.0123 – Apoio a sistemas de abastecimento de água em RM e RIDE, munic
mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 habitantes – no estado (

Valor: R\$ 12.000.000,00

GND 4 MOD.: 30 Fonte: 300

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir rubrica orçamentária ao Estado de :
Paulo no tocante ao sistema de abastecimento de água. Tal iniciativa beneficiará os mun
de São Paulo, em especial, ATIBAIA que necessita de urgente investimento para melho
sistema de coleta e distribuição de água para a população.

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00003

MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

383/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA M.P. Nº 383/07 - 56101 - MIN.DAS
CIDADES - ANEXO I - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:
SUPLEMENTAÇÃO:
APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE
REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL
HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150
MIL HABITANTES - EM APARECIDA DE GOIÂNIA - NO ESTADO DE GOIAS / GND 04
/ FONTE 300/ MOD. APL. 40 / R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais)

CANCELAMENTO:
17.512.0122.006F.0145- APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM
MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL
HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150
MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -/GND 04 -MOD 30 -
FONTE 300 - R\$ 15.000.00,00 (Quinze Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 383/07 Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.253.983.299,00, para os fins que especifica, visa levar as milhares de famílias beneficiadas condições de habitabilidade dignas, através de ações fundamentais na área de saneamento básico. A realizações dos projetos pretendidos irão assegurar sobretudo, mais saúde, inclusão social e cidadania. Somos sabedores, Senhor Relator, que a participação do Governo Federal é de fundamental importância para concretização do que ora se propõe e que emenda em tela carrega importante contribuição ao Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, ao buscar beneficiar este importante município que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PR

DATA

ASSINATURA

23/08/07

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00004

MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
383/07

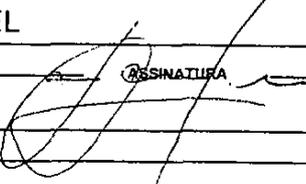
PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA M.P.Nº 383/07 - 56101 - MIN.DAS
CIDADES - ANEXO I - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:
SUPLEMENTAÇÃO:
APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM
ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES
METROPOLITANAS, DE REGIOES
INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS
DE 150 MIL HABITANTES - EM APARECIDA DE GOIÂNIA - NO ESTADO DE GOIAS /
GND 04 / FONTE 300/ MOD. APL. 40 / R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais)
CANCELAMENTO:
17.512.1128.006H.0129- APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO
INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES
METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO
DO PARÁ /GND 04 -MOD 30 -FONTE 300 - R\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de
reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 383/07 Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.253.983.299,00, para os fins que especifica, visa levar as famílias beneficiadas condições de habitabilidade dignas, através de ações fundamentais na área de saneamento básico. A realizações dos projetos pretendidos irão assegurar sobretudo, mais saúde, inclusão social e cidadania. Somos sabedores, Senhor Relator, que a participação do Governo Federal é de fundamental importância para concretização do que ora se propõe e que emenda em tela carrega importante contribuição ao Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, ao buscar beneficiar importante município que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL	GO	PR
DATA	ASSINATURA		
23/08/07			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00005
MPV 383/2007
Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	Medida Provisória 383/07	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-----------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 383/07 - 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT - ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

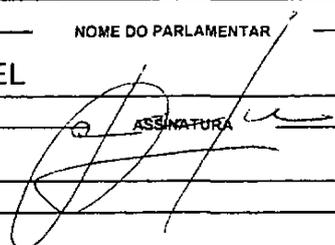
0237.7E79.0056 - Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu-São Miguel do Araguaia na BR-080 - no Estado de Goiás / GND 04 / FONTE 311 / MOD. APL. 90 / VALOR R\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de reais)

CANCELAMENTO:

Obras Rodoviárias Emergenciais - 26.782 .0220.1F40.0101 - GND 04 -MOD 90 -FONTE 311 - Valor 40.000.00,00 (Quarenta milhões de reais) /

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 383/07 Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.253.983.299,00, para os fins que especifica, visa assegurar recursos financeiros suficientes para a execução deste importante projeto para o Estado de Goiás, que é a construção do trecho rodoviário Uruaçu-São Miguel do Araguaia na BR-080. Desnecessário se faz afirmar a real necessidade do atendimento a proposição ora apresentada, por se tratar de projeto estrutural para a economia goiana, além de proporcionar maior segurança e diminuição do tempo de trafegabilidade aos milhares de usuários das rodovias envolvidas nesta importante obra. Somos sabedores, Senhor Relator, que a participação do Governo Federal é de fundamental importância para concretização do que ora se propõe e que emenda em tela carrega importante contribuição ao Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, ao buscar viabilidade para para a efetivação do fortalecimento contínuo da economia, não só a nível regional, mas em todo o país.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL	GO	PR
DATA	ASSINATURA		
23/08/07			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00006

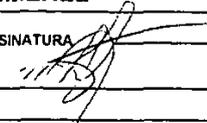
MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	383	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA DE
----------------------------	------------	---------------------	--------------

TEXTOS
<p>EMENDA DE ACRÉSCIMO DE DESPESA: TEXTO: (MACAPÁ) APOIO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES- NO MUNICIPIO DE MACAPA(CREDITO EXTRAORDINARIO) FUNCIONAL PROGRAMATICA: 175120122006E GND: 4 RP: 2 MOD: 40 FTE: 300 VALOR: r\$ 1.000.000,00 CANCELAMENTO: TEXTO: (MATO GROSSO) APOIO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES- NO ESTADO DO MATO GROSSO(CREDITO EXTRAORDINARIO) FUNCIONAL PROGRAMATICA: 175120122006E125 GND: 4 RP: 2 MOD: 30 FTE: 300 VALOR: r\$ 1.000.000,00</p>

JUSTIFICAÇÃO
<p>A AVALIAÇÃO E O PROGNOSTICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DOS RECURSOS HIDRICOS DE UM MUNICIPIO TRATA DA INTEGRACAO DOS COMPONENTES DOS SISTEMAS NATURAIS COM O SOCIO ECONOMICO. O AMAPA E UMA REGIAO MUITO RICA EM AGUA, PORÉM POUCO DESENVOLVIDA INDUSTRIALMENTE E POSSUI MUITO POUCO INVESTIMENTOS NO SETOR. O MUNICIPIO DE MACAPA POSSUI UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA OBSOLETO, O QUE TORNA INDISPENSAVEL A NECESSIDADE DE SE INVESTIR NO SETOR PARA QUE MELHORE A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO NO MUNICIPIO DE MACAPA QUE REPRESENTA 80% DA POPULACAO DO ESTADO.</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	LUCENIRA PIMENEL	AP	PR
DATA	ASSINATURA		
/ /			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00007

MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	383	MEDIDAS PROVISÓRIAS	DE
---------------------	-----	---------------------	----

TEXTO

EMENDA DE ACRESCIMO DE DESPESA:

TEXTO: (MACAPA)

APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR -BRASIL)- NO MUNICIPIO DE MACAPA(CREDITO EXTRAORDINARIO)

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 1545111280644

GND:4

RP:2

MOD: 40

FTE:300

VALOR: R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO:

TEXTO: (MARANHÃO)

APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR -BRASIL)- NO ESTADO DO MARANHÃO(CREDITO EXTRAORDINARIO)

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 15451112806440127

GND:4

RP:2

MOD: 30

FTE:300

VALOR: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICIPIO DE MACAPA NOS ULTIMOS 16 ANOS SOFREU UM GRANDE AUMENTO POPULACIONAL MUITO GRANDE DE PESSOAS ADVINDAS DO ESTADO DO MARANHÃO. ESTE ACRESCIMO DESENFREADO DE PESSOAS FEZ COM QUE PROVOCASSE O AUMENTO DE FAVELAS ALEM DE UM IMPACTO ORÇAMENTARIO SIGNIFICATIVO NAS CONTAS DO MUNICIPIO QUE CARECE DE INVESTIMENTOS NA AREA DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	LUCENIRA PEMENTEL	AP	PR
DATA	ASSINATURA		
11			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00008

MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

383

MEDIDAS PROVISÓRIAS

TEXTO

EMENDA DE ACRESCIMO DE DESPESA:

TEXTO: (MACAPA)

APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE RE METROPOLITANAS DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 15 HABITANTES- NO MUNICIPIO DE MACAPA(CREDITO EXTRAORDINARIO)

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 175121128006H

GND:4

RP2

MOD:40

FTE:300

VALOR: R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

TEXTO: (MARANHAO)

APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE RE METROPOLITANAS DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 15 HABITANTES- NO ESTADO DO MARANHAO(CREDITO EXTRAORDINARIO)

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 175121128006H0123

GND:4

RP2

MOD:30

FTE:300

VALOR: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICIPIO DE MACAPA NOS ULTIMOS 16 ANOS SOFREU UMA MIGRAÇÃO MUITO FORTE DE CIDADÁOS DO MARANHAO FEZ COM QUE HOUVESSE UM CRESCIMENTO DESENFREADO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS. ATUALMENTE O MUNI CARECE DE RECURSOS NO SETOR QUE POSSAM ATENDER O NUMERO CRESCENTE DE PESSOAS NESSAS AREAS.

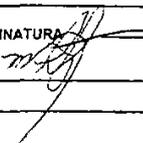
EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00009
MPV 383/2007
Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	383	MEDIDAS PROVISÓRIAS	DE
----------------------------	------------	---------------------	----

TEXTO
<p>EMENDA DE ACRÉSCIMO DE DESPESA: TEXTO: (MACAPÁ) APOIO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIOEM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES- NO MUNICIPIO DE MACAPA(CREDITO EXTRAORDINARIO) FUNCIONAL PROGRAMATICA: 175120122006E GND: 4 RP: 2 MOD: 40 FTE: 300 VALOR: r\$ 1.000.000,00</p> <p>CANCELAMENTO: TEXTO: (PARANA) APOIO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES- NO ESTADO DO PARANA(CREDITO EXTRAORDINARIO) FUNCIONAL PROGRAMATICA: 175120122006F0137 GND: 4 RP: 2 MOD: 30 FTE: 300 VALOR: r\$ 1.000.000,00</p>

JUSTIFICAÇÃO
<p>A AVALIAÇÃO E O PROGNOSTICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DOS RECURSOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE UM MUNICIPIO TRATA DA INTEGRACAO DE POLITICAS PUBLICAS DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL. O MUNICIPIO DE MACAPA PASSA POR UMA GRANDE NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS NO SETOR, VISTO QUE A CIDADE AINDA POSSUI FOSSAS ABERTAS, O QUE FACILITA A TRANSMISSAO DE DIVERSAS DOENCAS A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO. O MUNICIPIO DE MACAPA POR POSSUIR UM SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO OBSOLETO, TORNA-SE INDISPENSAVEL A NECESSIDADE DE SE INVESTIR NO SETOR PARA QUE MELHORE A QUALIDADDE DE VIDA DA POPULACAO NO MUNICIPIO DE MACAPA QUE REPRESENTA 80% DA POPULACAO DO ESTADO.</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	LUCENIRA PIMENEL	AP	PR
DATA	ASSINATURA		
//			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00010
MPV 383/2007
Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 383/2007	PAGINA 01 DE 01
---------------------	----------------------------------	--------------------

TEXTO

Inclua-se no Anexo I, da Medida Provisória nº 383/2007, o seguinte subprojeto/subatividade:

Acréscimo:
26.782.0237.11V8.0017 – Construção de Trecho Rodoviário – Divisa TO/MA – Aparecida do rio Negro – na BR-010 - no Estado do Tocantins.
Valor: R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)
Fonte: 311
GND: 4
Modalidade de Aplicação: 30

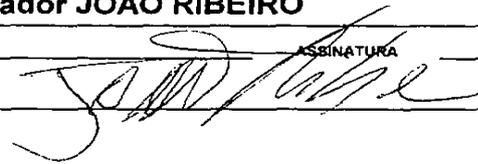
Cancelamento:
26.782.0220.1F40.0001 - Obras Rodoviárias Emergenciais – Nacional
GND: 04
MOD: 90
FONTE: 311
VALOR: R\$ 40.000.00,00 (Quarenta milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS TEM COMO UMA DAS PRINCIPAIS PRIORIDADES A CONSOLIDAÇÃO DE CORREDORES INTERMODAIS, QUE PERMITAM A REDUÇÃO DO CUSTO DO FRETE E A DIMINUIÇÃO DOS ELEVADOS DISPÊNDIOS COM A MANUTENÇÃO DE RODOVIAS. OS INVESTIMENTOS PROJETADOS CONCENTRAM-SE, SOBRETUDO, NO FORTALECIMENTO DOS MEIOS DE TRANSPORTES NECESSÁRIOS PARA O MELHOR ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL INTEGRANTES DO CHAMADO CERRADO SETENTRIONAL BRASILEIRO.

EM TAL CONTEXTO, ESTA EMENDA VISA ALOCAR RECURSOS PARA O PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO TOCANTINS, CUJA EXECUÇÃO ESTÁ DELEGADA AO GOVERNO ESTADUAL. NO CASO ESPECÍFICO DA BR - 010, A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PROPOSTOS NESTA EMENDA PERMITIRÁ DAR CONTINUIDADE ÀS AÇÕES QUE JÁ VÊM SENDO REALIZADAS, PERMITINDO O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO PROJETO PRODECER III E DA REGIÃO DE CAMPOS LINDOS.

ALÉM DISSO, MEDIANTE SUA INTEGRAÇÃO COM A BR-153/TO, A BR-010/TO LIGARÁ O TOCANTINS AO SUL DO PARÁ E VIABILIZARÁ UMA COMPLETA INTEGRAÇÃO DO TOCANTINS AOS ESTADOS CIRCUNVIZINHOS.

CÓDIGO 2045	NOME DO PARLAMENTAR Senador JOÃO RIBEIRO	UF TO	PARTIDO PR
DATA 22/08/2007	ASSINATURA 		

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00011

MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

MEDIDA PROVISÓRIA
Nº

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

383/2007

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se no Anexo I, da Medida Provisória nº 383/2007, o seguinte subprojeto/subatividade:

Acréscimo:

**26.782.0237.5E15.0017 – Construção de Trecho Rodoviário – Peixe – Paraná – Taguatinga
– na BR-242 - no Estado do Tocantins.**

Valor: R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)

Fonte: 311

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 30

Cancelamento:

26.782.0220.1F40.0001 - Obras Rodoviárias Emergenciais – Nacional

GND: 04

MOD: 90

FONTE: 311

VALOR: R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A RODOVIA FEDERAL BR-242/TO CONFIGURA-SE NUM IMPORTANTE MEIO DE LIGAÇÃO ENTRE AS REGIÕES SUL E SUDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS E SUA IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO SERVIRÁ PARA INTERLIGAR ESTA REGIÃO À TO-280, PERMITINDO ACESSO À BR-153 E À CIDADE DE PALMAS. SUA CONSTRUÇÃO TAMBÉM SERVIRÁ COMO NOVA VIA DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO NORTE GOIANO, DO SUL E SUDESTE TOCANTINENSE E PRINCIPALMENTE DO OESTE BAIANO, QUE HOJE SE CONFIGURA COMO UMA DAS MAIS PRÓSPERAS REGIÕES PRODUTORAS DE GRÃOS DO PAÍS, BENEFICIANDO O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DO FORMOSO E JAVAÉS E CONTRIBUINDO PARA A ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SUDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS.

CÓDIGO

2045

NOME DO PARLAMENTAR

Senador JOÃO RIBEIRO

UF

TO

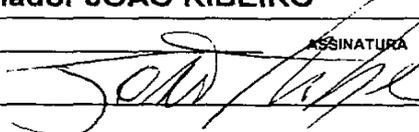
PARTIDO

PR

DATA

22/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00012

MPV 383/2007

Mensagem 0109/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	Medida Provisória 383/07	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-----------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 383/07 - 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT - ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

26.783.0230.1B81.0031 - Construção de Contornos Ferroviários - No município de Campo Belo-MG - No Estado de Minas Gerais / GND 04 / FONTE 311 / MOD. APL. 90 / VALOR R\$ 19.000.000,00 (Dezenove milhões de reais)

CANCELAMENTO:

Obras Rodoviárias Emergenciais - 26.782.0220.1F40.0101 - GND 04 -MOD 90 -FONTE 311 - Valor 40.000.00,00 (Quarenta milhões de reais)

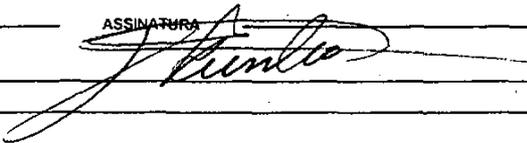
JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 383/07 Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.253.983.299,00, para os fins que especifica, visa assegurar recursos financeiros suficientes para a execução deste importante projeto para o Estado de Minas Gerais, que é a construção de Contornos Ferroviários - No município de Campo Belo.

Desnecessário se faz afirmar a real necessidade do atendimento a proposição ora apresentada, por se tratar de projeto estrutural para a economia mineira, além de proporcionar importante opção no escoamento da produção agroindustrial do estado.

Somos sabedores, Senhor Relator, que a participação do Governo Federal é de fundamental importância para concretização do que ora se propõe e que emenda em tela carrega importante contribuição ao Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, ao buscar viabilidade para para a efetivação do fortalecimento contínuo da economia, não só a nível regional, mas em todo o país.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ODAIR CUNHA	UF MG	PARTIDO PT
--------	------------------------------------	----------	---------------

DATA 22/08/07	ASSINATURA 
------------------	--

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4513 de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 1194/07-0, resolve APOSENTAR, por Invalidez Permanente, o servidor EVANDRO FIGUEIREDO DE SOUZA, matrícula 31220, Técnico Legislativo, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do Artigo 40, § 1º, Inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Senado Federal, em 24 de agosto de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – Antonio Carlos Júnior* (S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* (S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery* (S)
PSDB – Flexa Ribeiro*(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*(S)
BLOCO-PTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** (S)

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *(S)
PTB – Gim Argello** (S)

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmiir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shlessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 84 PÁGINAS